VANDALISMO À EXCEÇÃO DE ALEXANDRE DE MORAES, AS AUTORIDADES ASSISTEM PASSIVAMENTE À ESCALADA DA VIOLÊNCIA BOLSONARISTA. QUE FALTA ACONTECER?

A REDE DO ÓDIO SOB O COMANDO DE ELON MUSK, O TWITTER REGISTRA AUMENTO DO RACISMO, DA XENOFOBIA E DO PRECONCEITO CONTRA OS LGBTQIA+



LULA, A EPÓPEIA

EM SEU TERCEIRO MANDATO, O EX-METALÚRGICO SABE QUE NÃO PODE ERRAR



JUNTOS A GENTE FAZ O FUTURO BRILHAR

EXERCITE SUA SOLIDARIEDADE!

Sua contribuição vai ajudar famílias e crianças em situação de vulnerabilidade por meio de 25 projetos nas áreas de cultura, esporte, educação e segurança alimentar.

CONHEÇA A CAMPANHA E FAÇA SUA DOAÇÃO!





Aponte a sua câmera para o QR Code e doe via PIX:
CNPJ 34.267.237/0001-55
Federação Nacional das Associações do Pessoal CEF

Ou doe via transferência bancária: Agência: 1041, **Op.**: 003, CC: 50174-4
Federação Nacional das Associações do Pessoal CEF







Banca do Antfer
Telegram: https://t.me/bancadoantfer
Issuhub: https://issuhub.com/user/book/1712
Issuhub: https://issuhub.com/user/book/41484

CartaCapital

21 DE DEZEMBRO DE 2022 • ANO XXVIII • Nº 1239



Bolsonaristas deixam rastro de destruição em Brasília, após a diplomação de Lula. Pág. 7

Capa: Pilar Velloso.
Foto: Evaristo Sá/AFP

EVARISTO SÁ/AFP E REDES SOCIAIS

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond e Mauricio Dias
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Mauricio Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuelle Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Martin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendell Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva, Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: Beatriz Loss e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset
editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaile Alves
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiane Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Fetbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.fetbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555
CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.
IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos







MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C113090


CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS



O PETRÓLEO É DO PASSADO

Interessante. O Pré-sal foi descoberto durante o governo do PT, que terá novamente a incumbência de revitalizar essa empresa fantástica. O ar está mais leve, a esperança retornou. Os azedos que se lambam.
Luiz dos Santos Leal

TERRA ARRASADA

Impressionante o relato da ex-ministra Tereza Campello sobre o desmonte promovido pelo governo Bolsonaro na área social: "Na verdade, estão entregando o carro com o tanque vazio, a centenas de quilômetros de qualquer posto de gasolina, e com os quatro pneus furados". Nada mais precisa ser dito para resumir a incompetência, a imbecilidade e a irresponsabilidade do ex-capitão e de seus comparsas.
Elisabeto Ribeiro Gonçalves

Bolsonaro é o inquilino que acaba com o imóvel antes da devolução das chaves. Era de se esperar.
Daniela Siqueira

A intenção dele é gerar o caos social. Pode ter certeza, esse esvaziamento é uma grande armadilha ao sucessor.
Dalva Melo Leão

BRINCANDO DE GUERRA

Se as Forças Armadas fossem extintas no Brasil, ninguém sentiria sua falta, pois não servem para nada, exceto para planejar golpes contra o povo brasileiro.
Orlando F. Filho

SEM AMPARO

Parabéns ao governo da Paraíba e ao seu Poder Legislativo, por prestarem apoio para aqueles que perderam os pais na pandemia de Covid-19.
Marcos Aurélio

MERITOCRACIA ÀS AVESSAS

Em nenhum momento a secretaria defendeu a política de *vouchers* na resposta (até porque ela é inexistente na rede), bem como não foi feita nenhuma pergunta sobre as cívico-militares do Paraná (apenas se o secretário implantaria o modelo em São Paulo). Ainda há uma informação sem fundamento de "piora do desempenho de parcela expressiva dos alunos". Solicitamos também direito de resposta com a publicação das respostas sobre as políticas do Paraná, ignoradas pelo material publicado.
Assessoria de Comunicação da Secretaria de Educação e do Esporte do Paraná

RESPOSTA DO REPÓRTER RENÉ RUSCHEL

O texto deixa claro que o secretário Renato Feder defendeu a adoção do sistema de vouchers *para alunos pobres frequentarem escolas particulares no livro* Carregando o Elefante, *do qual é coautor.* CartaCapital *perguntou se ele pretendia adotar o mesmo modelo em São Paulo. Em sua resposta, a pasta não manifestou ser favorável ou contrária à iniciativa, mas enfatizou haver "boas experiências do setor privado que podem ser implementadas nas escolas públicas". Quanto às escolas militares, a reportagem indagou se Feder pretendia adotar o mesmo modelo em São Paulo, e ficou sem resposta. Por fim, a informação sobre a queda do desempenho de parte dos alunos foi relatada por diversos professores consultados por* CartaCapital.

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

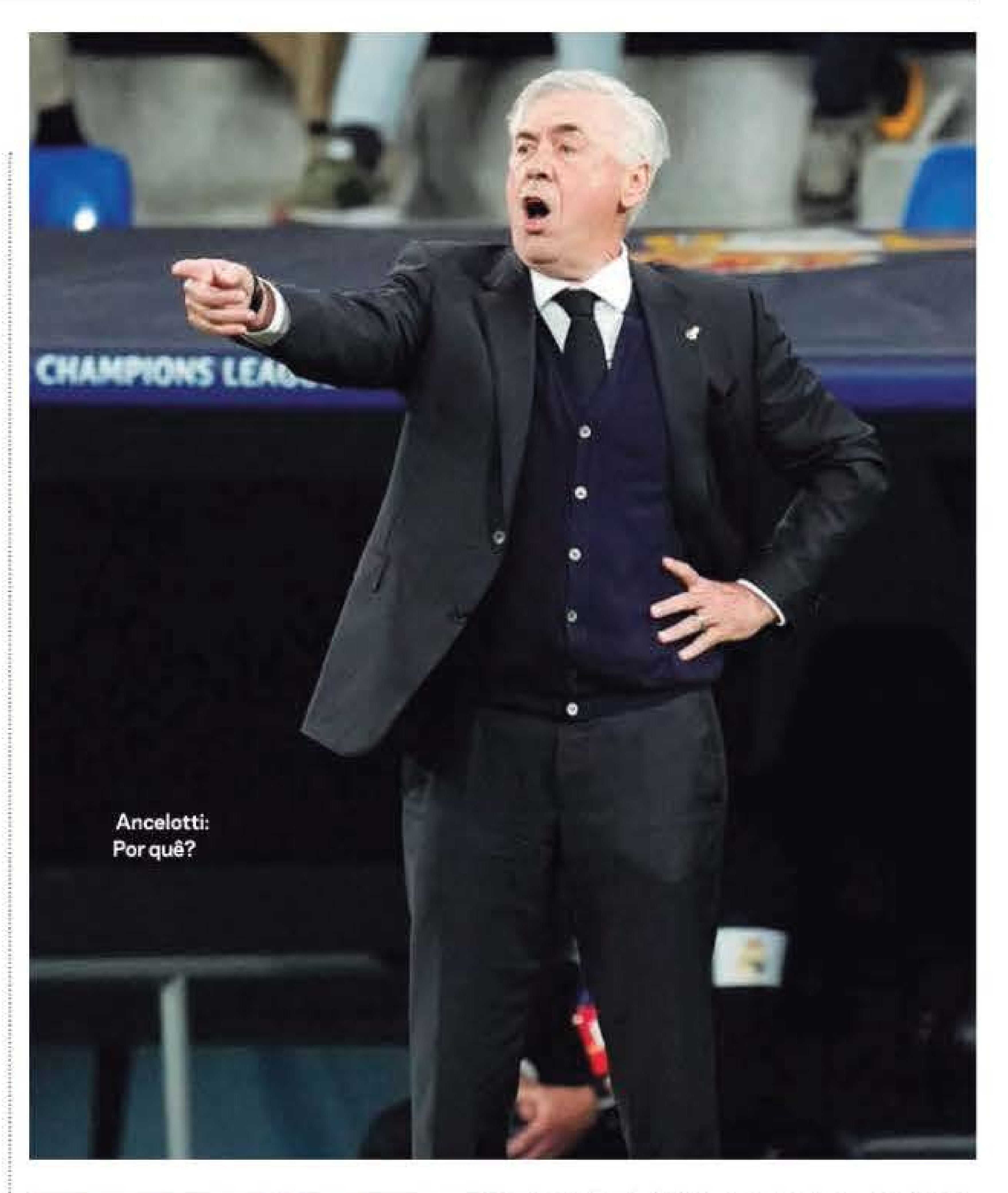
Mino Carta

Derrota anunciada

O futebol jogado no Brasil é de má qualidade

Na noite de segunda-feira 12, os jornalistas-torcedores, deslocados para a cobertura do Mundial de futebol, ou ainda presentes no Brasil, clamavam em uníssono a convocação urgente de um técnico estrangeiro, possivelmente o italiano Carlo Ancelotti, que no momento comanda o Real Madrid. Trata-se de um *coach* de indiscutível qualidade, assim como ele foi um excelente meio-campista na idade conveniente, quem sabe melhor que o nosso Casemiro. Não foi necessário um estudo demorado, uma análise acurada: aos meus ouvidos a escolha de Ancelotti significou o reconhecimento de uma derrota anunciada e do fracasso de Tite.

Com raríssimas exceções, todos advogavam a candidatura de Ancelotti e a confissão do malogro pareceu-me evidente. Depois do passado de bom jogador, ele treinou times italianos e, finalmente, surgiu à testa de equipes estrangeiras, para encantar o público do Santiago Bernabéu. Neste campo, os profissionais da mídia nativa costumam entrar na ponta dos pés, embevecidos pela grandiosidade do espetáculo. A última passagem de Ancelotti pelo futebol italiano deu-se quando foi chamado a treinar o time do Napoli, mas ali não obteve sucesso, talvez em razão de turbulências eclodidas no vestiário. Hoje, a equipe napolitana é comandada, desde maio de 2021, por Luciano Spalletti, técnico muito bem cotado na Europa.



Ancelotti: Por quê?



Vítima do seu fracasso

Arrisco-me a dizer que o problema do futebol brasileiro é outro: o futebol praticado por aqui depende dos pés de jogadores que atuam com a cabeça voltada para as mecas estrangeiras, a bem de um pé-de-meia robusto. O futebol disputado nos campeonatos brasileiros está longe de repetir os feitos do passado. E Neymar é um perfeito exemplo de quem atua em seu exclusivo proveito. Estivesse em outra fase, este nosso futebol, a repetir e renovar o talento e a picardia de outras épocas, permitiria a produção natural de outros craques e de treinadores à altura das circunstâncias, como já se deu em tempos idos. ▪

JOSÉ BRENTON/NURPHOTO/AFP E NELSON ALMEIDA/AFP

A Semana 21.12.22



Violência/ Terror bolsonarista

Golpistas tentam invadir a sede da Polícia Federal, depredam delegacia e queimam três carros e cinco ônibus em Brasília

MATEUS BONOMI/ANADOLU AGENCY/AFP

Revoltados com a diplomação do presidente Lula e com a prisão do cacique José Acácio Tserere Xavante, acusado de arregimentar indígenas para participar de atos golpistas, radicais bolsonaristas tentaram invadir a sede da Polícia Federal em Brasília, depredaram a 5ª Delegacia de Polícia, na Asa Norte, e vandalizaram diferentes pontos da capital federal na noite da segunda-feira 12. A turba incendiou três automóveis e cinco ônibus, de acordo com um balanço divulgado pelo Corpo de Bombeiros na manhã seguinte.

A Polícia Militar precisou repelir os extremistas com bombas de efeito moral e balas de borracha, para impedir que eles empurrassem um ônibus incendiado de um viaduto. Mais cedo, bolsonaristas promoveram uma manifestação em frente ao Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente em exercício. Os militantes gritavam "fica, Bolsonaro" e "supremo é o povo", além de ofensas a Lula. O ex-capitão chegou a se encontrar com os manifestantes, mas permaneceu em silêncio e limitou-se a participar de uma oração.

Após a noite de terror, o secretário de Segurança do Distrito Federal, Júlio Danilo Souza Ferreira, prometeu responsabilizar os envolvidos em atos de vandalismo: "Temos imagens, filmagens, temos como identificar". Já o senador eleito Flávio Dino, futuro ministro da Justiça de Lula, protestou contra a omissão do governo federal diante dos recorrentes ataques à democracia: "Não há hipótese de haver passos atrás na garantia da ordem pública em razão da violência. O Estado brasileiro tem o dever de agir".

Tserere Xavante teve a prisão decretada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, a pedido da Procuradoria-Geral da República. Segundo a Corte, a decisão baseia-se na necessidade de garantia da ordem pública, "diante dos indícios, nos autos, da prática dos crimes de ameaça, perseguição e abolição violenta do Estado Democrático de Direito, previstos no Código Penal". Acusado de convocar atiradores para impedir a posse de Lula, o indígena foi transferido para a penitenciária da Papuda.

Por ordem de Moraes, a PF cumpriu 81 mandatos de busca e apreensão contra envolvidos em atos golpistas na quinta-feira 15. Entre os alvos, figuram empresários que financiam os radicais bolsonaristas.

Os patriotas do tráfico

Seis dos 177 caminhões que saíram do norte de Mato Grosso para manifestações golpistas em Cuiabá estão envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas, contrabando e transporte ilegal de madeira, revela um relatório da Polícia Rodoviária Federal enviado ao Supremo Tribunal Federal. Os veículos foram identificados após passarem por uma praça de pedágio em Nova Mutum, a 269 quilômetros de Cuiabá, em 6 de novembro. Registrado em nome da Sipal Indústria e Comércio Ltda. e de Sérgio Bedin, um dos veículos foi flagrado, em outubro deste ano, com 3 toneladas de maconha e *skank* no município catarinense de Palhoça. A droga estava escondida em uma carga de farelo de soja e dois suspeitos foram presos na ocasião. Todos os caminhões que participaram da mobilização golpista foram autuados com multa de 100 mil reais.

A Semana

Fusão nuclear

O Departamento de Energia dos EUA anunciou uma "conquista histórica" na fusão nuclear. Pela primeira vez, produziu-se mais energia a partir da fusão do que da carga do laser usado para alimentar a experiência. O "ganho de energia líquida" é um passo importante na busca por uma fonte limpa e ilimitada. "Os cientistas reproduziram condições encontradas apenas nas estrelas e no sol", declarou Jennifer Granholm, secretária de Energia. "Estamos apenas no começo."



O país mergulha no caos após a prisão de Castillo

Peru/ Estado de crise

Manifestantes pedem a renúncia da nova presidente

A imediata prisão, na quarta-feira 7, de Pedro Castillo, após uma heterodoxa tentativa de autogolpe e da aprovação do *impeachment* no Congresso, não conteve a crise política no Peru. Uma semana depois dos acontecimentos alucinantes que encerraram de forma trágica o curto mandato de 16 meses do sindicalista, sete manifestantes haviam perdido a vida em confronto com as forças de segurança. Os protestos pedem a libertação de Castillo e a renúncia de Dina Boluarte, a vice-presidente alçada ao poder. Sindicatos rurais e entidades indígenas iniciaram greve por tempo indeterminado. Para tentar acalmar os ânimos, Boluarte anunciou a antecipação das eleições gerais de 2026 para 2024. Não bastou. Os manifestantes querem a dissolução imediata do Parlamento e a convocação de outro escrutínio o mais cedo possível. Da penitenciária, Castillo pôs lenha na fogueira. Em carta enviada aos apoiadores, o presidente cassado afirma ter sido "raptado" e chama a antiga companheira de chapa de "usurpadora". "Falo agora para reiterar que sou incondicionalmente fiel ao mandato popular e constitucional que detenho e não renunciarei ou abandonarei minhas altas e sagradas funções", escreveu. Colômbia, Bolívia, Argentina e México saíram em defesa do destituído e exortaram as instituições a se abster "de inverter a vontade popular expressa com o sufrágio livre" e a respeitar "plenamente os direitos humanos" de Castillo. Na segunda-feira 12, o governo peruano decretou estado de emergência nas regiões de maior conflito.



Finanças/ Magnata em apuros

O rei das criptomoedas é detido nas Bahamas

A *dolce vita* no Caribe acabou para Sam Bankman-Fried, responsável pela falência da FTX, plataforma de criptomoedas. O jovem magnata foi preso na segunda-feira 12 nas Bahamas, a pedido das autoridades dos Estados Unidos sob a acusação de fraude. A FTX, até a espetacular debacle, era avaliada em 32 bilhões de dólares. Segundo John Ray, novo diretor da plataforma que tenta juntar os cacos, os ex-executivos da empresa, a começar por SBF, demonstraram "fracasso total" em todos os níveis de controle e gastaram sem limites o dinheiro dos clientes. A FTX, uma das maiores corretoras de moedas cripto do mundo, interrompeu de forma repentina a movimentação das contas no início de novembro, dias antes de decretar falência. No período da bonança, SBF vivia cercado de celebridades (Gisele Bündchen e Katy Perry, entre outras) e de políticos influentes, incluídos Bill Clinton e Tony Blair. Era um grande doador das campanhas do Partido Democrata.

Briga de condomínio

Três mulheres, entre elas uma amiga de Giorgia Meloni, primeira-ministra, foram mortas no domingo 11 após um homem disparar contra um grupo reunido em um café em Roma. Outros quatro frequentadores ficaram feridos. As vítimas participavam da reunião da associação de moradores de um edifício localizado nas proximidades. Segundo a polícia, o atirador apresenta histórico de desavenças com integrantes da associação e teria entrado no café aos gritos de "vou matar todos vocês". Meloni lamentou nas redes sociais a morte da amiga, Nicoletta Golisano. "Era uma mãe protetora, amiga sincera e discreta, mulher forte e frágil ao mesmo tempo", escreveu no Facebook.

UE/ FADO GREGO

EVA KAILI, VICE-PRESIDENTE DO PARLAMENTO EUROPEU, É PRESA

Apresentadora da Mega TV, primeiro canal privado da Grécia, Eva Kaili percorreu trajeto cada vez mais comum, das telas para a política. Em 2014, a celebridade televisiva foi eleita deputada do Parlamento Europeu e, no início deste ano, conquistou uma das 14 vice-presidências da Casa. O céu era o limite na carreira da política de 44 anos de traços helênicos. Até a queda ao Hades. Na sexta-feira 9, Kaili foi presa em flagrante com "sacolas de dinheiro", segundo o Ministério Público da Bélgica. A parlamentar é acusada de favorecer um governo do Golfo Pérsico, fala-se no Catar, em troca de propina e responderá pelos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção. Após a detenção, Kaili acabou expulsa do PAOK, o partido socialista grego, e afastada das comissões para as quais havia sido indicada. Várias legendas defendem a cassação do mandato. Em comunicado, os procuradores apontaram a suspeita de "pagamento de vultosas quantias em dinheiro ou da oferta de presentes significativos a terceiros com posição política ou estratégica no seio do Parlamento Europeu".



Kaili, acusada de receber propina do Catar

GENEVIEVE ENGEL/PARLAMENTO EUROPEU, ERNESTO BENAVIDES/AFP E SAUL LOEB/AFP

TRAJETÓRIA VITORIOSA

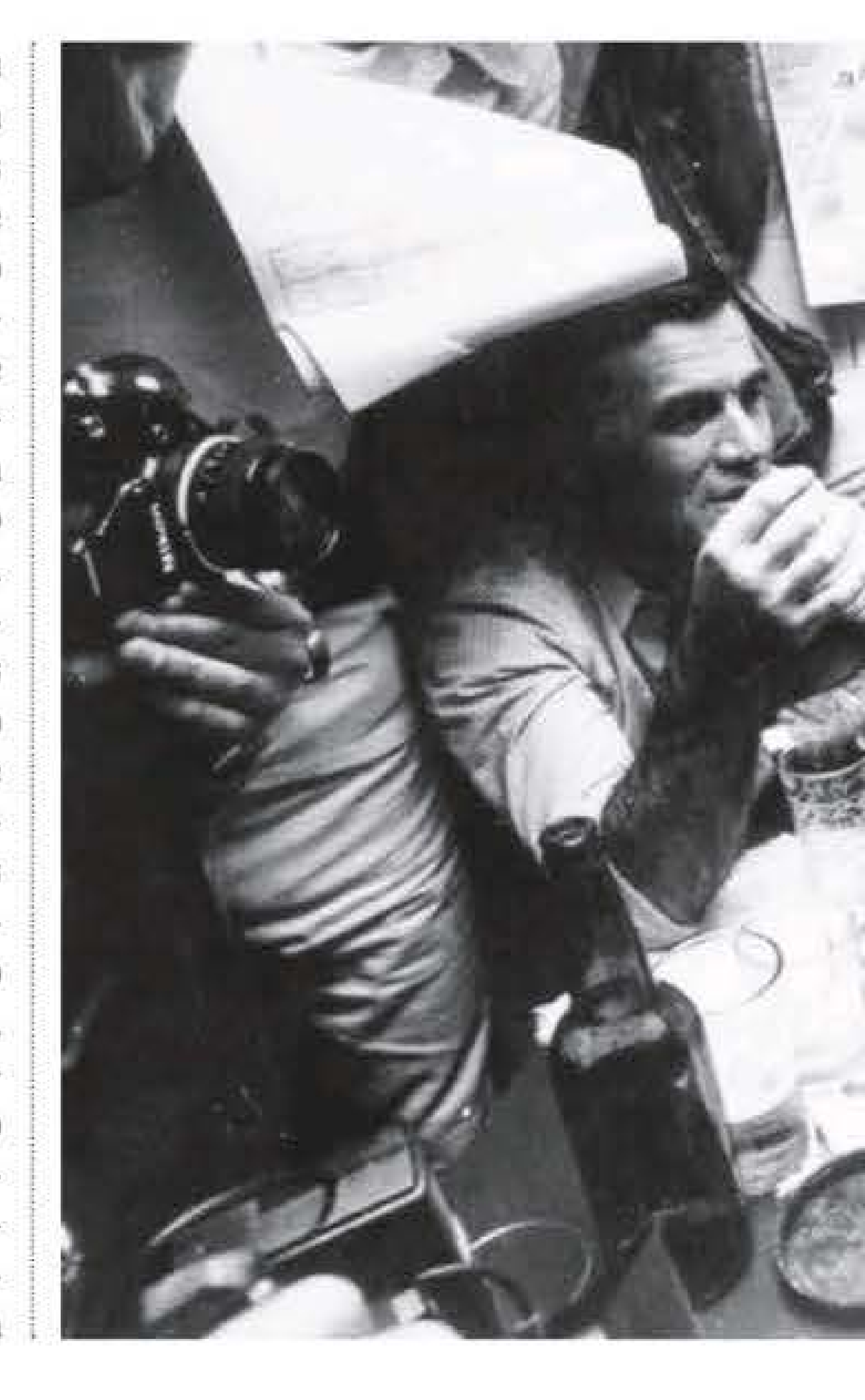
O JOVEM METALÚRGICO LUIZ INÁCIO DA SILVA, DITO LULA, CHEGA PELA TERCEIRA VEZ, AOS 77 ANOS, À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, FATO INÉDITO NA HISTÓRIA DO BRASIL

por MINO CARTA

Conto a história de uma epopeia, sem qualquer apelo à retórica. Segue-se o enredo com absoluta naturalidade, livre de pompa, embora desabrido na precisão do encadeamento. Estive pela primeira vez com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema levado à sua presença pelo repórter Bernardo Lerer. Lula me contou da sua chegada em São Paulo, conduzido pela mãe em busca de um emprego de faxineira, valente no comando da ninhada, mas tomada pelo senso de responsabilidade de quem nunca falta ao trabalho. Representou, certamente, o exemplo original a ser seguido pelo filho, enquanto os menores ela os enterrava até o pescoço, para que não se afastassem durante a sua ausência.

A reportagem que resultou desse encontro foi o início de uma amizade de 50 anos, sólida e carinhosa até hoje. Neste período dito de transição, destinado a terminar com a posse do novo governo, dia 1º de janeiro próximo, sinto que Lula aprofundou o conhecimento de si próprio, de sorte a compreender o papel que as circunstâncias lhe entregaram. Como sempre, conforme manda a nossa tradição, ele conta com o apoio irrestrito de *CartaCapital*: compreendemos a grandeza do protagonista deste episódio determinante ao sabor de um projeto de democracia a reforçar o combate à desigualdade social e à miséria, as quais, ao serem evocadas, levam Lula às lágrimas.

Do governo já afloram nomes de candidatos a ministro que figuram entre os grandes amigos de *CartaCapital*. Flávio Dino é uma garantia extraordinária de justiça. É mais que justificada a convocação de Celso Amorim na formulação das estratégias da política exterior. Agrada-me imaginar por trás de Rui Costa outro amigo de *CartaCapital*, Jaques Wagner, ex-governador da Bahia, fiel colaborador desta publicação. Assim como Celso Amorim, que em muitas ocasiões analisa, em *CartaCapital*, situações e problemas das relações internacionais. Muito da qualidade da democracia brasileira





Pobreza e miséria levam Lula às lágrimas. Jovem e descamisado, na cozinha de sua casa, fala com Mino ao sair da prisão a que o condenou a ditadura ao enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional

repousará inevitavelmente nas ações de Flávio Dino.

Na visão desta publicação, a presença no Congresso de figuras como Sergio Moro e Deltan Dallagnol, sem contar a própria esposa de Moro, eleita por São Paulo para a Câmara Federal, compromete qualquer ideal democrático. Nada disso, evidentemente, influi na epopeia que transforma um ex-migrante nordestino no maior líder deste país, no estadista renovador que Lula será, conforme provam seus derradeiros passos, enquanto à sombra do seu líder o povo brasileiro começa a se tornar nação.

Na história do Brasil, não existe protagonista tão peremptório e representativo. Lula é mesmo simbólico das oportunidades oferecidas pela nossa terra tão favorecida pela natureza e nem sempre aproveitadas na medida justa pelos homens. Lula tem agora o poder de nos induzir ao otimis-

EVARISTO SÁ/AFP E HÉLIO CAMPOS MELLO

mo. Entendemos estar apenas no início de uma reviravolta histórica, destinada a fazer do Brasil o país que merece ser. Ninguém igual a Lula tem condições de realizar a tarefa, até mesmo em relação a situações aparentemente mais complicadas.

Não há razões, acreditamos, pelas quais os generais brasileiros, tão cidadãos quanto nós todos, não entendam o quanto é obsoleto o antigo vezo a precipitar a ideia imperial do poder moderador. A bem de uma democracia autêntica, às Forças Armadas cabe certamente a defesa das fronteiras, além de eventuais intervenções autorizadas pelos poderes da República, quando e onde for preciso. A tradição sempre será respeitada e nunca faltará a Lula o apoio desta publicação. Nele enxergamos o estadista do Brasil almejado e perfeitamente capaz de chegar lá.

Como vemos, Lula não é apenas aquele que nos acordou do pesadelo Bolsonaro, é mais que isto: em lugar de esperanças, nos oferece certezas. Muitos anos atrás, quando Lula ainda era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, estava eu em Roma e, de repente, cruzei com uma vitrine enfeitada por inúmeras gravatas. Entrei na loja e comprei uma, bastante discreta, azul-marinho salpicada de bolinhas brancas. Parecia me lembrar ter ele dito que nunca usara gravata e pensei que aquela cumpriria sua missão com dignidade sempre que necessário.

Acabava de ser entrevistado pela revista *Mondo Operaio* e, obviamente, fizera muitas e grandes referências a Lula. Constatei, tempos depois, que ele chegou a usar a gravata mais de uma vez em ocasiões azadas. De todo modo, verifico que, agora presidente da República, surge na cerimônia da diplomação de *regimental tie*. Nesta oportunidade, apreciamos o discurso do presidente do TSE, Alexandre de Moraes, personagem que contou com a nossa admiração e apoio desde o momento em que assumiu o cargo. •







7 de abril de 2018: no sindicato, a secretária-*factótum* Claudia retrata Celso Amorim e Mino, pouco antes da entrega de Lula à Polícia Federal. Mino e Ricardo Kotscho afagam Lula, enquadrado pela Lei de Segurança Nacional, pouco antes de sua prisão no fim da greve de abril de 1980. O abraço entre dois velhos e carinhosos amigos simboliza o inextinguível apoio de *CartaCapital*

CLÁUDIA TROIANO, RICARDO STUCKERT E LUIZ NOVAES

SAÚDE

Qualidade só vem com transparência

VEJA COMO A REDE D'OR ESTRUTUROU O SEU PROGRAMA DE QUALIDADE TÉCNICA EM HOSPITAIS E CLÍNICAS DE TODO O PAÍS

Muitas vezes vamos a um hospital em momentos difíceis, então queremos ter certeza da qualidade do serviço. Para ter esse conhecimento, porém, o público precisa de acesso à informação técnica.

Existem diversos indicadores mundiais para acompanhar a qualidade na saúde. É preciso que a sociedade brasileira os conheça e compreenda sua importância. A transparência beneficia o setor de saúde e, principalmente, os pacientes.

ACESSO À INFORMAÇÃO

Para incentivar uma nova mentalidade no setor de saúde, a Rede D'Or apresentou publicamente o seu Programa de Qualidade Técnica. Ele engloba todos os 71 hospitais e 53 clínicas oncológicas que fazem parte do grupo.

"Isso nos permite comparar as informações e nos faz querer sempre melhorar", diz a médica e diretora de Práticas Assistenciais, Helidea Lima, líder do programa. São monitorados 50 indicadores de qualidade técnica e protocolos assistenciais.

Os resultados desses indicadores são acompanhados e reportados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Também são comparados a dados da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), que reúne 136 instituições de excelência em todo o País, e ao banco de dados da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB) e Epimed, com foco em UTIs *(v. infográfico)*.

De todas as UTIs no País, apenas 8% são da Rede D'Or. Contudo, entre os 100 melhores centros intensivistas do Brasil avaliados pela AMIB, 40 são da Rede D'Or.

Além disso, os hospitais se submetem voluntariamente a avaliações de qualidade externas, chamadas de acreditação - 82% dos hospitais da Rede D'Or são acreditados e os demais estão em processo.

Esse movimento de busca constante pela qualidade e excelência demonstra a transparência e o comprometimento da Rede D'Or. E, mais que isso, é um legado do grupo para a sociedade. ■


SAIBA MAIS

Quanto menor, melhor

Compare os resultados dos hospitais analisados por auditorias independentes e externas[1]

Indicador	Rede D'Or	Anahp[2]	Epimed com JCI[3]
Taxa de Reinternação em UTI em até 24h (%)	0,34	1,05	
Taxa de Letalidade (o ideal é que esse número seja < 1)	0,47	0,74	
Infecção primária da corrente sanguínea, associada ao uso de cateter*	0,86		1,97
Infecção do trato urinário, associada ao uso de sonda*	0,63		0,83
Pneumonia associada à ventilação mecânica*	2,12		4,26

*Por mil pacientes

1. Dados referentes a 2022 **2.** Associação Nacional dos Hospitais Privados **3.** Joint Commission International

O que dizem os médicos



"A Rede D'Or vai além da busca pela melhor assistência, prestada por equipes multidisciplinares, com o paciente no centro da atenção. Em todas as suas unidades, ela está verdadeiramente comprometida com a auditoria e a transparência de seus resultados."

Ludhmila Hajjar,
cardiologista



"Praticamente todos os dias realizamos sessões de discussão de casos. Esses encontros, associados ao prontuário eletrônico único e ao extenso banco de dados ajudam a estabelecer as melhores práticas em todos os nossos serviços."

Paulo Hoff,
oncologista

ESTE MATERIAL É PRODUZIDO POR GPES HEALTH BRANDING AND BUSINESS.



Haddad na Fazenda, Dino na Justiça

O NÚCLEO

ENQUANTO NEGOCIA COM OS PARTIDOS ALIADOS, LULA ANUNCIA A ESPINHA DORSAL DO FUTURO GOVERNO

por ANDRÉ BARROCAL

No domingo 11, Lula recebeu o desenho final, elaborado pela equipe de transição, dos cargos do futuro ministério. Uma das sugestões era a criação de uma secretaria especial de mudanças climáticas, posto ligado diretamente à Presidência, como passou a existir nos Estados Unidos com Joe Biden. "A autoridade sou eu", reagiu o petista, ao rejeitar a sugestão. A ideia havia brotado durante a campanha e partiu da ex-ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, que sonhava com a vaga. Marina Silva, outra ex da área, reconciliou-se com Lula ao longo do processo eleitoral e alimenta o desejo de voltar à pasta. As rivalidades entre ambas tornaram quase impossível a presença das duas simultaneamente no novo governo. "É uma ou outra", diz uma testemunha dos acontecimentos em Brasília. Como o presidente eleito sairá dessa?

No entorno, despontou uma solução surpreendente: entregar o comando do Meio Ambiente à senadora Simone Tebet. A decisão tiraria das costas do petista a obrigação de escolher ou Izabella ou Marina. E garantiria à emedebista um palco luminoso. Os ambientalistas aceitariam? A ex-presidenciável do MDB é ruralista. Nasceu e fez carreira política em um estado de tradição agrária, o Mato Grosso do Sul. Hoje em dia parece à vontade naquele figurino de certa direita, não só no Brasil, que abraçou a causa ambiental. Ao aderir a Lula na eleição, Tebet imaginava-se na área social. Mais especificamente, à frente do Bolsa Família. Sua ausência na diplomação do presidente eleito no Tribunal Superior Eleitoral, na segunda-feira 12, sugeria uma insatisfação com o espaço que lhe seria reservado. "Não façam tempestade onde não existe", disse ela a *CartaCapital* um dia depois.

O petista, conta um integrante da transição, está decidido a ter o controle total do Bolsa Família, com alguém de inteira confiança no cargo. O público atendido pelas políticas sociais fez de Lula, desde sua saída da prisão em 2019, concorrente forte contra Jair Bolsonaro. "Quando decidi ser candidato", afirmou o ex-metalúrgico na terça-feira 13, "é porque eu tinha consciência que naquele instante histórico só existia uma pessoa que podia derrotar o Bolsonaro, que era eu, por conta do meu legado." O futuro presidente luta neste fim de ano para encontrar dinheiro no orçamento, a fim de manter em 2023 o valor de 600 reais de pagamento do Bolsa Família. Faltam cerca de 70 bilhões de reais. Quem anda em alta na bolsa de apostas para administrar o programa? O líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes, é um dos cotados. Mineiro como o "pai" do Bolsa Família, o deputado Patrus Ananias. Ou seria melhor uma mulher, como a paulista Tereza Campello, ministra no governo Dilma Rousseff?

O PT NÃO ABRE MÃO DO CONTROLE DOS PRINCIPAIS MINISTÉRIOS NAS ÁREAS SOCIAL E ECONÔMICA

A presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, outra protagonista feminina deste enredo, jogou a favor de Lula, enquanto o petista monta o xadrez do futuro ministério. Da série voltas que o mundo dá: no julgamento do "mensalão", há dez anos, a ministra tinha o então juiz Sergio Moro como auxiliar. Em 2018, coube a ela o voto decisivo a negar a Lula um *habeas corpus* contra a prisão decretada por Moro, após a condenação do petista no caso do tríplex do Guarujá. Na quarta-feira 14, a magistrada, como esperado, foi dura ao votar contra o "orçamento secreto", atacado por Lula na campanha. O julgamento seria retomado na tarde seguinte, após a conclusão desta reportagem. O "orçamento secreto" é a fonte do poder de Arthur Lira, o presidente da Câmara. O deputado deixou correr a ameaça de que, se a Corte lhe tirasse o doce da boca, o troco seria em Lula, na votação da proposta que permite ao governo ignorar o teto de gastos para bancar o Bolsa Família de 600 reais. A votação na Câmara ficou para os próximos dias



Mercadante venceu as resistências e levou o comando do BNDES

VALTER CAMPANATO/ABR E MARCELO CAMARGO/ABR

e apenas depois dela Lula finalizaria o quebra-cabeça do ministério. Veria antes com quem, por enquanto, pode contar.

O presidente eleito tinha a intenção de definir o primeiro escalão logo após receber o desenho do ministério, mas a contaminação da votação do Bolsa Família pelo julgamento do orçamento secreto bagunçou as coisas. Ele ganhou, porém, tempo para selar acordos com três partidos: o MDB de Tebet, o PSD do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e o União Brasil, do relator dos 600 reais do Bolsa Família, o deputado baiano Elmar Nascimento, soldado de Lira. A tendência é repartir com esses aliados pastas e estatais responsáveis por obras. O senador mineiro Alexandre Silveira, do PSD, é o favorito para a Infraestrutura, ministério que conta com 17 bilhões de reais anuais. Renan Calheiros Filho, do MDB de Alagoas, está no páreo para Minas e Energia, embora não tenha ficado tão animado com o posto, conforme se ouve nos bastidores. Detalhe: o alagoano Lira é inimigo dos Calheiros e gostaria de ver Nascimento, o relator da PEC, no mesmo cargo. Para o Desenvolvimento Regional, caixa de 7 bilhões de reais, Lula nomeará um político do Norte ou Nordeste.

A distribuição de cargos permitirá ao petista tentar construir uma base parlamentar no Congresso. Gleisi Hoffmann, a presidente do partido, participa de quase todas as negociações políticas de Lula e tem dito que essa base terá 16 ou 17 legendas (eram dez na coligação eleitoral). Ao abrir a arca a neoaliados, o futuro presidente quer isolar social e politicamente o bolsonarismo, que foi derrotado nas urnas, mas segue vivo. O xadrez na arquitetura do governo mostra ainda o velho estilo conciliador do ex-metalúrgico, de reunir adversários em uma mesma mesa, como se verá adiante. Do que ele não abre mão é do domínio na área social e na economia.

Educação e Saúde são outros ministérios que Lula pretende manter longe das barganhas. Para o primeiro, a favorita é a governadora do Ceará, Izolda Cela. A pedagoga foi secretária de Educação da cidade de Sobral e do estado, cujas políticas são elogiadas internacionalmente. Sua nomeação seria um triunfo do senador petista eleito Camilo Santana, de quem era vice-governadora até março. Na posse, Lula assumirá o compromisso com a melhora da educação básica e a disseminação de escolas em tempo integral. Nos mandatos anteriores, a vedete tinha sido o ensino superior, sob a batuta de Fernando Haddad, futuro ministro da Fazenda. Haddad acredita, e disse nos últimos dias, que crédito bancário e educação são "eficazes" para a ascensão social dos mais pobres. Há razões financeiras por trás dos planos para o setor. Trata-se do fundo com o qual o governo federal apoia escolas municipais e estaduais. Graças ao Fundeb, jorrará dinheiro. Neste ano, o fundo tinha 30 bilhões de reais. No próximo, terá 40 bilhões. A quantia será crescente até 2026. A propósito, a verba anual do MEC é de 150 bilhões.





Tebet pode ficar com o Meio Ambiente. Galípolo será o número 2 da Fazenda

NOVOS ANÚNCIOS DE MINISTROS, SÓ DEPOIS DE O CONGRESSO CONCLUIR A VOTAÇÃO DA PEC QUE LIBERA RECURSOS PARA O BOLSA FAMÍLIA

Na Saúde, há 162 bilhões de reais para o ano que vem, e aqui também se busca engordar o caixa, no embalo do estouro do teto de gastos em favor do Bolsa Família. O nome mais citado para a pasta é o de Nísia Trindade Lima, carioca que comanda a Fiocruz, fundação pública de pesquisa em ciência e tecnologia em saúde. Cientista social e socióloga, Nísia Lima destacou-se na pandemia, com seu Observatório da Covid. Em evento recente, Lula afirmou




Vieira foi uma escolha inesperada para o Itamaraty. Múcio é da "cota" dos militares

que o "SUS é sagrado" e que "a saúde passa a ser para mim uma coisa fundamental". Foi além: disse que os mais pobres esperam meses na fila do sistema até aparecer uma consulta com especialista, enquanto os ricos podem descontar do Imposto de Renda os gastos com convênios e médicos. "É por isso que a gente precisa pensar numa reforma tributária para ver se consegue corrigir um pouco as injustiças centenárias que tem o nosso país".

Taxar mais os ricos, com mudanças no imposto cobrado sobre a renda e propriedade, é um plano de Lula para 2023, após o Congresso votar uma reforma tributária que altere impostos indiretos, aqueles incidentes sobre o consumo. Foi o que disse Haddad em evento na Febraban, a federação dos bancos, em 25 de novembro. O ex-prefeito tinha voltado dias antes ao Brasil de uma viagem com Lula pelo Egito e Portugal, durante a qual fora convidado para ser ministro da Fazenda, nomeação anunciada em 2 de dezembro. A reforma tributária em curso no Congresso é uma prioridade de Haddad, motivo pelo qual escolheu o economista Bernard Appy para o posto de assessor especial. Appy, integrante do primeiro governo Lula (do time de Antonio Palocci), é um dos mentores da reforma parada no Parlamento.

O braço-direito de Haddad na Fazenda, como secretário-executivo, será o economista Gabriel Galípolo, que presidiu o Banco Fator até 2021 e por isso tem sido errônea ou malandramente chamado de "banqueiro". Nos tempos de universidade, Galípolo era do movimento estudantil e, segundo um colega da época, é "progressista e humanista", alguém que acredita que o Estado tem um papel a cumprir na melhora de vida dos cidadãos e no crescimento econômico. Na campanha deste ano, circulou com Gleisi Hoffmann em encontros com empresários e executivos do setor financeiro. Devido ao perfil e à afinação com Haddad, o "mercado" reagiu com mau humor à sua escolha para a equipe econômica, com queda da Bolsa e alta do dólar.

O mau humor piorou com a designação do economista e ex-senador petista Aloizio Mercadante para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Em razão de sua personalidade, Mercadante não tem muitos fãs no PT. Até Lula dizia no passado que nunca o nomearia ministro. Mas o ex-senador foi importante na elaboração do programa de governo, na campanha e na equipe de transição. "Nós estamos precisando de alguém que pense em desenvolvimento, em reindustrializar esse País, em inovação tecnológica, na geração de financiamento ao pequeno, ao grande ao médio empresário, para que o País volte a gerar emprego", comentou Lula, ao anunciar sua decisão sobre o BNDES. E deu uns recados ao que chamou de "glorioso mercado". Um deles: "Vão acabar as privatizações".

Na mídia e na Avenida Faria Lima, a designação de Mercadante foi considerada uma violação da Lei das Estatais, que impõe quarentena de 36 meses a dirigentes partidários. Mercadante comanda a Fundação Perseu Abramo, órgão de estudos do PT. Seus auxiliares dizem que não se trata de cargo remunerado, logo, não cairia na vedação legal. A colaboração no programa de governo seria "intelectual" e, por essa razão, também fugiria da restrição. Houve um precedente logo no início do governo Bolsonaro. Envolveu Fábio Almeida Abrahão, colaborador do programa de governo do PSL, o então partido do capitão, em 2018, e posteriormente indicado, e aprovado, para uma das diretorias do banco de fomento. De qualquer maneira, a Câmara deu uma força a Mercadante: os deputados reduziram a quarentena para 30 dias.

Para outras duas instituições financeiras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, Lula quer mulheres na direção, segundo um interlocutor. Outra mulher, a economista Esther Dweck, ex-colaboradora de Dilma Rousseff, é cotada para o Ministério do Planejamento. No caso da Petrobras, Lula inclina-se pela

MARCELO CAMARGO/ABR, EVARISTO SÁ/AFP, FÁBIO R POZZEBOM/ABR E PEDRO FRANÇA/AG. SENADO

engenheira Magda Chambriard, diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo entre 2012 e 2016. A associação dos engenheiros da estatal é contra, em razão de posturas privatistas de Chambriard no passado em relação ao Pré-sal. De qualquer forma, a configuração esboçada na área econômica mostra uma afinação com a visão de Lula. "Quem ganhou as eleições fui eu, e eu, obviamente, quero ter inserção nas decisões políticas e econômicas", declarou o futuro presidente em 2 de dezembro. "Sei o que é bom pro povo, sei o que é bom pro 'mercado'", mas "eu ganhei as eleições para governar para o povo pobre."

O esboço do primeiro escalão mostra o Lula conciliador de sempre e disposto a unir os diferentes. O ministro do Trabalho deve ser Luiz Marinho, que ocupou o mesmo posto no passado. O ministro da Indústria e Comércio tende a ser o empresário Josué Gomes da Silva, presidente da Fiesp. Para a Agricultura, o favorito é o senador Carlos Fávaro, ex-vice-presidente da Associação Nacional dos Produtores de Soja. Como contraponto, o petista pediu ao MST um nome para o Desenvolvimento Agrário, pasta que pode incluir no nome o termo "alimentação saudável", ou algo parecido. O movimento indicou o engenheiro florestal Luiz Henrique Gomes de Moura, conhecido como Zarref. E haverá um segundo contraponto aos ruralistas, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, que deverá ser ocupado pela líder indígena Sônia Guajajara. A Funai, órgão encarregado da demarcação de terras indígenas, deve ser transferida de pasta (hoje está no Ministério da Justiça).

"QUEM GANHOU AS ELEIÇÕES FUI EU, E EU, OBVIAMENTE, QUERO TER INSERÇÃO NAS DECISÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS", DECLAROU LULA

Sônia é deputada federal eleita pelo PSOL, partido com o qual Lula gostaria de contar no primeiro escalão, mas que definiria no sábado 17 se iria aderir ou não ao governo (*reportagem à pág. 32*). Na geopolítica interna, havia certo consenso psolista quanto ao apoio ao PT na campanha, mas não sobre ocupar cargos. Na segunda-feira 12, Gleisi conversou com o presidente da sigla, Juliano Medeiros, após a diplomação de Lula, e ofereceu ao partido o Ministério da Ciência e Tecnologia ou o dos Esportes. Guilherme Boulos, principal nome do PSOL, preferia o das Cidades, mas o PT cobiça a pasta, que tem tudo para ser uma vitrine político-eleitoral, com a volta do Minha Casa Minha Vida. Cotados para o posto: Edinho Silva, prefeito de Araraquara, e Paulo Teixeira, deputado.

Indefinições à parte, Lula delimitou uma espécie de "núcleo duro" do governo que controlará com mão de ferro. São áreas para as quais anunciou cinco ministros, Haddad incluído. O ex-deputado José Múcio Monteiro irá para a Defesa, com a missão de amansar os quartéis. O senador eleito Flávio Dino, do PSB, estará na Justiça para enquadrar a Polícia Federal e o golpismo das ruas bolsonaristas. O governador da Bahia, Rui Costa, do PT, tocará o dia a dia do governo, na condição de chefe da Casa Civil. Nas Relações Exteriores, entra o embaixador Mauro Vieira, ocupante do mesmo cargo no fim do governo Dilma.

A posse de Lula deverá reunir um número inédito de chefes de Estado em ocasiões similares por aqui, 17 presenças confirmadas até a quarta-feira 14. Nos três primeiros meses de governo, o petista deve ir a Argentina, Estados Unidos e China, segundo Vieira. O que não se sabia ainda é se a posse terá desfile em carro aberto, no Rolls-Royce presidencial. A equipe de Lula pediu o carro à Presidência, para que a segurança do petista examinasse as condições do veículo e vasculhasse eventual "armadilha". Também não se sabe quando o petista vai morar no Palácio da Alvorada. A residência sofrerá uma varredura completa antes da mudança. Como Lula comentou nos últimos dias, o atual inquilino é "uma figura anômala, irracional". Todo cuidado é pouco. •



Josué Gomes da Silva é cotado para o Ministério da Indústria

SUAMY BEYDOUN/AGIF/AFP



Em dezembro, o Ibama não tem como custear sequer o deslocamento de fiscais

FELIPE WERNECK/IBAMA

DESMATAMENTO ZERO?

A PROMESSA DE LULA SÓ PODE SER CUMPRIDA COM O RESGATE DO IBAMA E DO ICMBIO, ARRASADOS PELO GOVERNO BOLSONARO

por MAURÍCIO THUSWOHL

Vítima da política predatória de Jair Bolsonaro, a Amazônia sofreu nos últimos quatro anos um aumento de 60% em seu desmatamento e o crescimento exponencial da grilagem de terras públicas e das mais diversas modalidades de ilícitos ambientais, com destaque para a explosão do garimpo ilegal em Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Reverter a situação de desmando em nosso maior bioma é tarefa primordial para o próximo governo, aguardada com expectativa por todo o planeta, desde que o presidente eleito Lula, durante sua participação na Conferência do Clima da ONU, em novembro, prometeu zerar o desmatamento ilegal no Brasil até 2030. Qualquer ação de retomada da governança na Amazônia passa, porém, pelo resgate dos dois principais órgãos federais de proteção ambiental, o Ibama e o ICMBio, que tiveram suas direções aparelhadas por policiais militares e integrantes das Forças Armadas e sua capacidade de gestão dizimada pelos sucessivos cortes orçamentários, sem reposição de pessoal.

"Um dos grandes desafios que o governo Lula enfrentará na área ambien-



O garimpo ilegal avançou sobre Terras Indígenas e Unidades de Conservação, patrocinado pelo crime organizado e diante da omissão federal

tal será o restabelecimento dos papéis do Ibama e do ICMBio, a reestruturação de seus quadros de funcionários e a recomposição de seu orçamento", afirma o deputado federal Nilto Tatto, do PT, integrante do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente na equipe de transição. O relatório produzido pelo comitê, e entregue esta semana a Lula e ao vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, confirma "o desmonte generalizado na área ambiental" e lista as emergências do novo governo, comenta o ambientalista Pedro Ivo Batista, relator do documento. "O primeiro é manter os órgãos ambientais funcionando, reorganizar suas direções e valorizar os servidores de carreira.Precisamos rever todas as perseguições e demissões injustas ocorridas." Além disso, acrescenta o dirigente da Rede e do Fórum de ONGs pelo Meio Ambiente, algumas revogações de atos do governo Bolsonaro foram sugeridas: "Nos primeiros cem dias de governo, serão revistos todos os contratos, de forma a garantir o funcionamento dos órgãos e suas funções constitucionais, particularmente no que diz respeito à reconstrução da parte operacional da fiscalização".

Recompor a capacidade de fiscalização é a prioridade: "Os fiscais do Ibama já foram perto de 1,8 mil, mas hoje temos somente cerca de 700 atuando em todo o Brasil, o que é muito pouco. Para recuperar o que foi perdido, é preciso voltar ao número anterior", diz Suely Araújo, especialista sênior em Políticas Públicas do Observatório do Clima, que produziu o estudo a revelar o tamanho do desmatamento na Amazônia no governo Bolsonaro. Ela acrescenta, porém, que não basta reerguer a estrutura de fiscalização: "É preciso ter servidores que vão dar a devida continuidade aos processos de instrução e julgamento das multas e outras sanções aplicadas. Não adianta lavrar a multa e depois não conseguir julgá-la. Há necessidade imediata de reposição de servidores para os setores de licenciamento e de qualidade ambiental. No caso do ICMBio, também para a gestão das áreas protegidas".

Para operacionalizar as operações do futuro governo, afirmam os especialistas, será necessário resgatar a relação entre os órgãos ambientais e o Exército, deteriorada ao longo do governo Bolsonaro. O maior símbolo desse estranhamento foram as edições das ações de Garantia da Lei e da Ordem coordenadas pelo vice-presidente Hamilton Mourão e que gastaram quase meio bilhão de reais. Elas não serão retomadas pelo próximo governo. "Será necessária uma nova modalidade de comando e de controle, de fiscalização, que promova vários espaços no âmbito do governo federal, como o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Justiça e as Forças Armadas, de forma articulada com os governos estaduais e as prefeituras", diz Tatto. A meta é unir novamente todos esses atores, que antes atuavam em conjunto no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, a ser restabelecido. "O novo governo montará e fortalecerá um mecanismo de fiscalização permanente."

Para o advogado e ambientalista Rogério Rocco, servidor concursado do ICMBio e ex-superintendente do Ibama no Rio de Janeiro durante a gestão Lula, é importante a criação de um comando central que envolva todo o governo, mas com cada um cumprindo o seu papel. "O Exército é fundamental no apoio às ações de fiscalização e deverá manter essa atuação. O mesmo vale para a Polícia Federal, que tem um trabalho de investigação fundamental. E o Ibama e o ICMBio, dentro de suas competências, voltarão a exercer suas funções de órgãos executores da política nacional de meio ambiente", diz. Rocco ressalta ainda a urgência de desaparelhar os órgãos ocupados pelo bolsonarismo: "O ICMBio foi tomado por PMs de São Paulo, o Ibama por pessoas estranhas à sua missão ambiental. Nos dois órgãos foram adotadas inúmeras atitudes contrárias aos seus respectivos objetivos. Nós, servidores de carreira, vimos no comando das instituições pessoas incompetentes ou comprometidas com interesses alheios. Em muitos casos, houve uma combinação das duas coisas".

A recomposição dos orçamentos do Ibama e do ICMBio passa inicialmente pela aprovação da PEC da Transição e dos recursos dela provenientes para reverter o total abandono. A situação nos dois órgãos é calamitosa. No apagar das luzes, o atual governo anunciou novos cortes no Ministério do Meio Ambiente que deixaram o Ibama e o ICMBio na lona. "Não há como arcar até o fim do ano com despesas básicas, como água, luz e segurança. Nem como financiar os deslocamentos dos fiscais", anunciou o ainda presidente do Ibama, Eduardo Bim, advogado próximo ao ex-ministro Ricardo Salles, célebre ao cunhar a expressão "passar a boiada" nas normas ambientais do País. "É fundamental que os recursos provenientes do Fundo Amazônia e o Fundo Clima estejam fora do teto de gastos. O MMA e seus órgãos devem ter seus recursos recompostos e ampliados para que o governo cumpra suas diretrizes programáticas e as metas assumidas mundialmente na COP do Clima. O empenho do novo governo nessa área será exemplar", diz Pedro Ivo.

Rocco lembra que uma das propostas discutidas no GT é a possibilidade de acionar o Fundo Amazônia e outras fontes de recursos oriundos de acordos de compensação ambiental ou dos variados acordos de cooperação institucional existentes. O advogado diz ser fundamental restabelecer o arranjo institucional promovido nos governos anteriores de Lula: "O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, formado por 14 ministérios e comandado pela Casa Civil, mirou não somente o combate à devastação, mas também investimentos em infraestrutura e oportunidades para geração de emprego e renda, com a promoção de novas cadeias econômicas. Foi isso que nos levou aos grandes índices de redução do desmatamento". Ignorado por Salles e Bolsonaro e com 3 bilhões de reais em recursos paralisados, o Fundo Amazônia promete ser a mola propulsora da reconstrução ambiental do País. Logo após a confirmação da vitória de Lula, o principal doador, a Noruega, manifestou o desejo de retomar os aportes. Sócio menor, o governo da Alemanha seguirá o mesmo caminho. A expectativa agora passa a ser a adesão de países como os EUA.

APARELHADOS POR MILITARES, OS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO PADECEM COM OS CORTES NO ORÇAMENTO

Além de fortalecer a fiscalização e o enfrentamento ao desmatamento e às queimadas, sobretudo nas Unidades de Conservação, os recursos oriundos tanto da PEC da Transição quanto do Fundo Amazônia poderão servir também, de acordo com as sugestões elencadas pelo GT de Meio Ambiente, para reestruturar o orçamento de programas como o Bolsa Verde: "Esta é outra prioridade. É preciso ir além das ações de comando e controle e de combate à criminalidade e buscar alternativas econômicas para quem vive na Amazônia", diz Tatto. A meta de Lula é voltar a empoderar os povos da floresta: "As populações originárias e as comunidades tradicionais que cuidam das florestas serão respeitadas e valorizadas. O governo construirá uma economia florestal forte, inclusiva e que volte a gerar emprego e renda sem destruição", emenda Pedro Ivo.


As GLOs de Mourão consumiram quase meio bilhão de reais e tiveram resultados pífios

BRUNO BATISTA/VPR E BRUNO KELLY/AMAZÔNIA REAL

Outra urgência que será atendida pelo futuro governo é a realização de concursos públicos para o Ibama e o ICMBio. Para Suely Araújo, é urgente a reestruturação dos recursos humanos. "A maior demanda é por pessoal de nível superior para os cargos de analista ambiental ou analista administrativo", diz. Ela aponta que, sem precisar criar novo cargo e apenas somando as vagas não preenchidas na administração direta do MMA e seus dois principais órgãos executores, se faz a reposição imediata de 2.103 vagas: "É um número necessário, pois, se o Brasil quer mesmo se tornar uma potência ambiental, esses órgãos precisam funcionar. Não adianta captar doações internacionais se os órgãos não tiverem condições de funcionamento. É preciso realizar concursos que envolvam todo o sistema dos órgãos federais de meio ambiente".

Rocco observa que, mesmo antes da realização de novos concursos, é possível convocar imediatamente os aprovados para as vagas de reserva dos últimos concursos para recompor os efetivos do Ibama e do ICMBio. Antes, contudo, é preciso consolidar um orçamento especial para ambos os órgãos: "A situação no fim do governo Bolsonaro é a pior possível. Há contratos de terceirizados que não são pagos há meses, contratos de vigilância patrimonial, manutenção de equipamentos e fornecimento de combustíveis para as viaturas, que foram suspensos pela absoluta falta de pagamento. São recursos estratégicos para a retomada do combate ao desmatamento da Amazônia". •

A NOVA VOZ DA CULTURA

A CANTORA MARGARETH MENEZES COMANDARÁ O MINISTÉRIO QUE, EXTINTO POR BOLSONARO, TEVE 85% DO ORÇAMENTO REDUZIDO

por ANA PAULA SOUSA

Assim como fizera 20 atrás, Lula escolheu, para a cultura, um nome ausente das bolsas de apostas e desvinculado da ala cultural do Partido dos Trabalhadores. A chegada da cantora baiana Margareth Menezes à pasta guarda, em muitos aspectos, semelhanças com a chegada de Gilberto Gil, em 2003. A primeira delas diz respeito à simbologia. Gil, com sua história e personalidade, quebrou a tradição dos intelectuais brancos à frente da cultura e, a partir de um discurso em defesa de um abstrato "do-in antropológico", rompeu com a ideia de que a classe artística estabelecida era a beneficiária natural da política pública.

A nomeação de Margareth é um passo além nesse processo. Mulher negra, nascida na periferia de Salvador, ela representa uma fração fundamental do Brasil que tem reagido à exclusão histórica, não apenas social e econômica, mas cultural. Não por acaso, a indicação de seu nome suscitou, em alguns setores, críticas e desconfiança.

Argumentou-se, de saída, que ela não teria a capacidade de gestão necessária para reerguer a pasta e reordenar a legislação desmantelada. "Tenho lido absurdos sobre ela ser despreparada", escreveu a produtora audiovisual Vânia Lima, também baiana, no grupo de Mulheres Fora do Eixo. "Fico decepcionada com tanto preconceito escondido sob camadas de boas intenções."

"VAMOS FAZER A CULTURA DO BRASIL VOLTAR AO RECONHECIMENTO MUNDIAL QUE SEMPRE TEVE", DISSE A FUTURA MINISTRA

Com o passar dos dias, o desconhecimento em torno da trajetória de Margareth, que comanda, desde 2004, um importante projeto sociocultural em Salvador – a Associação Fábrica Cultural – e tem ideias claras a respeito das indústrias criativas, deu lugar a manifestações de boas-vindas.

A cantora formalizou o "sim" para o convite na terça-feira 13, durante encontro com Lula num hotel, em Brasília. Na sequência, foi para o Centro Cultural Banco do Brasil, sede do gabinete de transição. No fim desse mesmo dia, foi anunciado o nome do historiador Márcio Tavares para a secretaria-executiva da pasta, responsável pela operacionalização das políticas. Tavares é secretário nacional do PT há quatro anos e foi ativo nas discussões em torno da Lei Aldir Blanc de emergência cultural e da Lei Paulo Gustavo. Em declarações públicas, demonstra conhecer as nuances de uma área que, ao mesmo tempo que trata de arte e identidade, faz parte do mercado de entretenimento.

Ao chegar ao CCBB, Margareth, com a voz embargada pela emoção, disse ter recebido o convite com surpresa e encará-lo como uma missão. "Agora é isso: juntar e ouvir todo mundo para a gente levantar primeiro o ministério", afirmou. "Esse ministério é nosso. O presidente Lula me falou hoje do querer dele de colocar a cultura do Brasil numa posição melhor e a gente vai buscar isso com a força de todos. Vamos fazer a cultura do Brasil voltar ao reconhecimento mundial que sempre teve."

A futura ministra fez eco às afirmações de alguns dos integrantes da equipe de transição, que definem como trágica a herança dos últimos quatro anos, e usou a expressão "força-tarefa". O relatório do grupo de trabalho da área cultural é, de acordo com integrantes ouvidos por *CartaCapital*, assustador. Cabe lembrar que, antes de ter acabado, em 2019, o MinC havia sido ameaçado de extinção por Michel Temer, em 2016. A reação do setor fez com que o presidente tampão voltasse atrás, mas a intenção passou a





KELLY FUZARO/GNT E GOOGLE MAPS/STREET VIEW

Entre os mil desafios da pasta, está a recomposição de entidades vinculadas, como o Iphan, que cuida do patrimônio

integrar o cenário. Sob Bolsonaro, a nova Secretaria Especial de Cultura foi marcada por um vaivém de nomes, de ideias descabidas e de posturas virulentas. O último e mais longevo secretário foi Mário Frias, responsável pelas Instruções Normativas que, no último ano e meio, tornaram quase inviável a utilização da Lei Rouanet. Márcio Tavares, em entrevista a *CartaCapital* logo após o segundo turno da eleição, havia adiantando a intenção do novo governo de revogar as instruções. Ainda sobre o mecanismo de incentivo fiscal, ele apontou a necessidade de se restabelecer a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, extinta pelo governo Bolsonaro com o objetivo de deixar o poder decisório sobre os projetos nas mãos do secretário.

O caminho para que a lei seja destravada e para que novas ou velhas políticas sejam criadas ou recriadas é, no entanto, pedregoso. Um dos integrantes da transição resume assim o quadro: "Toda a área meio do ministério foi desmantelada". Isso significa que não há mais o departamento de recursos humanos, o gerenciamento de contratos está a cargo ou do Ministério da Cidadania ou do Ministério do Turismo (pastas nas quais a secretaria ficou abrigada) e o número de servidores despencou, inclusive porque alguns, sem suportar o clima de terror ali instalado, anteciparam suas aposentadorias ou pediram para sair.

Essa situação se estende para as autarquias ligadas. Aquelas em situação mais grave, de acordo com integrantes do grupo, são a Fundação Palmares, que ficou sob o comando de um racista e autoritário, e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que sofreu intervenções diversas, algumas destinadas a favorecer o mercado imobiliário. A mais preservada é a Agência Nacional de Cinema, que, justamente por ser agência reguladora, teve um anteparo legal contra a sanha bolsonarista. Ainda de acordo com o documento, não divulgado oficialmente, os recursos do MinC tiveram uma redução da ordem de 85%.

Nesse curto período de trabalho, o grupo de transição vivenciou, além do luto pelo que foi destruído, a pressão diante de uma enorme demanda reprimida. A reconstrução dependerá do trabalho da parte da nova equipe do MinC, mas também da paciência do setor cultural. •



Oportunismo amador

SENADO Na atabalhoada tentativa de preservar o mandato, Sergio Moro pede socorro a Bolsonaro e se oferece ao PL

POR RODRIGO MARTINS

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →



pág. 28

Trevas. Bolsonaristas tentam proibir o aborto até em caso de estupro e risco à vida da mãe

Passado. Foi-se o tempo em que a mídia inflava o balão do Super Moro

"Relato de um náufrago que esteve dez dias à deriva numa balsa, sem comer nem beber, que foi proclamado herói da pátria, beijado pelas rainhas da beleza e ficou rico com a publicidade e depois foi malquisto pelo governo e esquecido para sempre"
Gabriel García Márquez

A trajetória de Sergio Moro é bastante distinta da trilhada por Luís Alexandre Velasco, único sobrevivente do naufrágio do destróier Caldas, da Marinha da Colômbia, encontrado semimorto numa praia deserta ao norte do país e transformado em herói nacional pela folclórica ditadura de Gustavo Rojas Pinilla. O ex-juiz figura, porém, em um enredo tão rocambolesco quanto o da instigante narrativa de Gabriel García Márquez. Impossível saber como o escritor colombiano, Nobel de Literatura em 1982, resumiria a história do provinciano magistrado, que se aventurou em uma cruzada contra a corrupção no Brasil, foi aclamado herói nacional pela mídia, acabou desmascarado por um *hacker*, e ainda assim integrou o governo do populista de extrema-direita que ajudou a eleger, depois terminou malquisto pelo chefe, saiu atirando, reconciliou-se por conveniência e, uma vez eleito senador, vê o mandato ameaçado pelo partido do seu padrinho. Ufa!

Recentemente, o PL, partido de Jair Bolsonaro, apresentou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná um pedido de impugnação da candidatura de Moro, com base em denúncias de doações antecipadas de campanha e irregularidades na prestação de contas à Justiça. Sob sigilo, o processo pode resultar na cassação do mandato do senador, eleito com 33,82% dos votos válidos dos paranaenses. Caso a Corte acolha os argumentos apresentados pela legenda, o ex-juiz perderia a vaga no Congresso Nacional para Paulo Martins, do PL, segundo colocado na disputa, com 29,12%. Interposta pelo diretório paranaense da sigla, liderado por Fernando Giacobo, a ação foi classificada por Moro como um golpe baixo de "maus perdedores", que sofreram uma derrota nas urnas e agora tentam ganhar "no tapetão".

Curiosamente, o senador eleito recorreu a outro mau perdedor, Bolsonaro, que até hoje não admitiu publicamente a derrota para Lula na corrida presidencial, para pedir a retirada do pedido de cassação no TRE. Moro acredita que o ex-capitão, para quem pediu votos no segundo turno das eleições, a despeito da tormentosa relação com o antigo chefe quando estava no comando do Ministério da Justiça, lhe deve esse favor. Estaria disposto, inclusive, a abandonar o União Brasil para se juntar às fileiras do PL, informou o colunista Lauro Jardim, do jornal *O Globo*. Parece pouco provável, contudo, que Bolsonaro vai se indispor com Valdemar Costa Neto, que abrigou o clã do presidente em exercício em sua sigla. A raposa do Centrão não quer ver o ex-juiz nem pintado de ouro, por acreditar que ele ajudou a preparar a sua prisão em 2012, quando assessorava a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do "mensalão".

"Jamais cogitei essa hipótese", afirma o ex-juiz, que não hesita em trair aliados

"Costa Neto não seria tão ingênuo de aceitar um filiado com um histórico de traições tão extenso", observa o advogado Wilson Ramos Filho, o Xixo, idealizador do Museu da Lava Jato, dedicado à preservação da memória dos numerosos abusos cometidos pela operação. "Moro tem uma compulsão pela deslealdade. Ele traiu a Constituição e o Direito ao transformar a Lava Jato em um instrumento de persecução política, atraiçoou Bolsonaro ao abandonar o governo, acusando o ex-chefe de interferência política na Polícia Federal, para depois abraçá-lo no segundo turno das eleições. Ele também ludibriou o Podemos, trocou a agremiação que o acolheu pelo União Brasil, de olho no fundo partidário. Depois, traiu os paranaenses ao tentar disputar o Senado por São Paulo, decepcionou os paulistas ao voltar para o Paraná, quando a Justiça Eleitoral barrou a manobra, apunhalou Álvaro Dias, ao disputar a mesma vaga cobiçada pelo aliado que lhe abriu as portas no Podemos. Agora, quem poderia imaginar, ele trai o União Brasil, ao se oferecer para o PL em troca da retirada do processo".

Moro, vale ressaltar, desmentiu Lauro Jardim nas redes sociais: "Jamais cogitei essa hipótese". Difícil é confiar na versão do ex-juiz com essa trajetória de trapaças, emenda Xixo. "Ele é malquisto à esquerda, por tudo o que fez contra Lula, é desprezado pelos bolsonaristas, por sua tormentosa passagem pelo Ministério da Justiça, é visto com desconfiança por toda a classe política. Fico me perguntando quem toparia tomar um cafezinho com ele no Senado. Deve ficar completamente isolado. Eu não compraria nem um Chevette dos anos 1980 dele. Ainda assim, um terço dos paranaenses confiou seu voto em Moro. Vai entender essa turma..."

MATEUS BONOMI/AGIF/AFP

Portas fechadas. Valdemar Costa Neto não quer ver o ex-juiz nem pintado de ouro. Por que Bolsonaro iria se meter na arenga?



Para não morrer de tédio e solidão, o ex-juiz teria de trocar o tapete azul do Senado pelo verde, da Câmara dos Deputados, onde talvez seja mais bem recebido por parlamentares do Novo, o partido mais identificado com o lavajatismo, emenda o cientista político Cláudio Couto. “Moro não ficará apenas isolado, ele será devorado pelos colegas senadores. Trata-se de um político oportunista, que privilegia sempre os próprios interesses, mas que se move com um amadorismo inacreditável. Por que o ex-capitão iria socorrê-lo? Na verdade, acho pouquíssimo provável que a Justiça Eleitoral vai, de fato, cassar o seu mandato. Ainda assim, ele correu para se oferecer ao PL. Corre um enorme risco de ficar mal com os dois lados, é muito fraco para fazer cálculos minimamente razoáveis”, observa. O professor da FGV de São Paulo também considera equivocado o temor do ex-juiz de ficar escanteado no União Brasil, caso a legenda feche algum tipo de acordo com o governo eleito. “Esse é mais um raciocínio amador. Todos sabem que, dentro da agremiação, há gente de todos os perfis. Nem todos vão aderir. Ou ele imagina que Tereza Cristina, ex-ministra de Bolsonaro, de repente vai apoiar Lula?”

Embora a ação de impugnação da candidatura de Moro esteja sob sigilo, é provável que o PL do Paraná tenha usado conclusões da área técnica do Tribunal Regional Eleitoral para embasar o pedido. Em parecer técnico conclusivo de 22 de novembro, Christiana Tosin Mercer, da Seção de Contas Eleitorais da Corte, e Paulo Sérgio Esteves, da Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias, recomendaram a reprovação das contas do ex-juiz. Entre as irregularidades constata-

das figuram divergências entre os valores de despesas declaradas e os que constam em notas fiscais, gastos com agências de viagem em data posterior ao fim da eleição e pagamentos sem instrumento contratual ou por valores superiores ao contratado por atividades de militância e mobilização nas ruas. A campanha de Moro arrecadou 5,1 milhões de reais, a maior parte proveniente do fundo partidário, e gastou 800 mil reais com um escritório de advocacia e 426 mil com táxi aéreo.

A contabilidade lavajatista também não deu certo para a advogada Rosângela Moro, esposa do ex-juiz e deputada federal eleita pelo União Brasil de São Paulo – *Sergio Moro também tentou disputar o Senado pelo estado, mas a Justiça eleitoral não aceitou o endereço de um* flat *alugado poucos meses antes da campanha como comprovante de residência*. Na sexta-feira 9, a área técnica do TRE de São Paulo recomendou a reprovação das contas da neófita parlamentar. A equipe, liderada por Vera Lúcia Guerreiro Annes, chefe da Seção de Contas Eleitorais, identificou despesas com combustíveis para veículos sem comprovação de que estavam servindo à campanha, pagamentos a fornecedores com valores diferentes das notas fiscais e gastos que não passaram pela conta bancária da campanha.

A União terá de pagar indenização de 60 mil reais a filho de Lula, por diálogos divulgados ilegalmente por Moro

A exemplo do ocorrido com o marido, Rosângela Moro teve algumas semanas para esclarecer as inconsistências, mas os técnicos não ficaram satisfeitos com as respostas. Por conta disso, recomendam que a deputada eleita seja obrigada a devolver ao Tesouro Nacional 853,9 mil reais por gastos eleitorais irregulares pagos com verba do Fundo Partidário, outros 6,8 mil por recursos "de origem não identificada", 17,5 mil por impulsionamento irregular de conteúdo na internet e mais de 1 milhão por despesas irregulares com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. O montante corresponde a 70% dos 2,8 milhões de reais gastos pela candidata.

Não bastasse, os desmandos de Sergio Moro na Lava Jato continuam causando prejuízos à União. Na segunda-feira 12, a Justiça Federal determinou que o governo pague 60 mil reais de indenização por danos morais a Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Lula, e à mulher dele, Renata de Abreu Moreira, pela divulgação ilegal de conversas deles com amigos e familiares, que haviam sido grampeadas pela Polícia Federal no curso da Lava Jato. A juíza Ana Lúcia Petri Betto, da 6ª Vara Cível Federal de São Paulo, considerou que a divulgação dos diálogos, ordenada pelo então magistrado em 2016, foi ilícita, pois nada tinham a ver com as investigações.

"Desde a ilegalidade do domicílio eleitoral, passando pela indecorosa mudança de partido político, com muitas traições, até chegar ao despudor de acompanhar Bolsonaro nos debates eleitorais, depois de ter sido forte e regularmente insultado pelo presidente, essa trajetória apenas demonstra a inabilidade política, a deficiência ética e a acanhada inteligência do ex-juiz", avalia a advogada Gisele Cittadino, coordenadora do programa de pós-Graduação em Direito da PUC-Rio e integrante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia. "Quando Moro alcançou publicidade na magistratura, o meio jurídico conheceu um juiz extraordinariamente limitado. Quando ele desponta na vida pública, não foi diferente: todos percebem que estão diante de alguém cuja palavra não merece crédito, cujos atos são desprovidos de grandeza política, cuja personalidade não inspira confiança. Nem é preciso dizer o que o futuro lhe reserva." •



JEFFERSON RUDY/AG SENADO E MATEUS BONOMI/AGIF/AFP

Ingratidão. Álvaro Dias acolheu Moro no Podemos e ganhou um adversário nas eleições

Bolsa estuprador

DIREITOS O relator Emanuel Pinheiro Neto conseguiu o que parecia impossível: tornar mais cruel o Estatuto do Nascituro

POR FABÍOLA MENDONÇA

No apagar das luzes, a bancada fundamentalista e religiosa na Câmara dos Deputados corre contra o tempo para aprovar um projeto que criminaliza o aborto, incluídos os previstos em lei, e ataca os direitos reprodutivos das mulheres. Trata-se do Projeto de Lei 478, de 2007, sobre o Estatuto do Nascituro, proposta que define a vida a partir da concepção e confere ao embrião os mesmos direitos de todos os brasileiros. O PL estava na pauta da Comissão dos Direitos das Mulheres na quarta-feira 14, mas depois de uma reunião tumultuada, o relator Emanuel Pinheiro Neto, do MDB de Mato Grosso, pediu prazo extra antes de colocar o texto em votação, o que deve acontecer na próxima semana, vésperas do recesso parlamentar. No relatório, Pinheiro Neto classifica o nascituro como um ser humano existente, porém não nascido, o que lhe garantiria proteção do Estado.

Enquanto o projeto trata embriões e fetos como sujeitos de direitos, desconsidera todo e qualquer direito da mulher e nega a legislação em curso. Desde 1940, o aborto é considerado legal quando a gravidez é resultado de violência sexual ou coloca em risco a vida da mulher. Em 2012, o STF autorizou a interrupção da gestação em casos de feto anencéfalo, ou seja, sem cérebro. Pinheiro Neto afirma, porém, no texto: "Ainda que seja pequena a expectativa de duração da vida extrauterina, a proteção do nascituro deve ser efetivada" e "mesmo em casos como a anencefalia, há o normal desenvolvimento físico do feto."

Em outro trecho, o parlamentar trata o nascituro como uma "pessoa em situação tão vulnerável quanto a da mulher", mas afirma que "o feto é o lado mais fraco da relação" e, portanto, "deve receber absoluta prioridade nos termos da Constituição Federal". Também sugere como alternativa a uma gestação indesejada em que a mulher seria obrigada a levar a gravidez até o fim o incentivo da adoção como política pública.

Entidades e especialistas defensores dos direitos reprodutivos das mulheres assinaram um documento enviado à Comissão no qual rebatem cada ponto do relatório. "A gente devia debater como faz para avançar nos direitos sexuais e reprodutivos e não no apagar das luzes do governo Bolsonaro ter uma tentativa de disputar a agenda. Eles perderam as eleições, mas não entregam a agenda derrotada nas urnas", salienta Sâmia Bomfim, deputada do PSOL. A agenda citada pela parlamentar pautou os quatro anos do governo Bolsonaro, com várias tentativas de retrocessos em relação aos direitos reprodutivos. O próprio Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, comandando por Damares Alves até abril deste ano, agiu em vários momentos para dificultar o aborto legal. Damares tentou pessoalmente impedir o procedimento em uma menina de 10 anos vítima de estupro. À época, a ministra orientou auxiliares a pressionar o hospital e familiares da criança. No fim, a vítima teve de sair do Espírito Santo e ser levada a Pernambuco para ser submetida a um aborto seguro.

O projeto de lei não só dificulta o aborto, mas naturaliza a violência contra as mulheres

A tentativa de criminalização é, no entanto, anterior. A pauta ganhou força a partir de 2013, quando o pastor Marco Feliciano, então deputado federal, foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, uma das tantas medidas urdidas pelo evangélico Eduardo Cunha, presidente da Casa no período, para atazanar a presidenta Dilma Rousseff. "Desde o Cunha, quando presidente da Câmara, que o Estatuto do Nascituro é requerido pelos homens. Eles se sentem muito à vontade para pensar, legislar, fazer relatório, escrever parecer sobre os nossos direitos. É o retrato acabado do Parlamento brasileiro, a expressão do machismo e da força do patriarcado colonial. Estão legislando por nós sem a nossa presença", critica Joluzia Batista, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, o CFemea. "O que implica uma mulher levar ao fim uma gestação de um bebê sem nenhuma possibilidade de vida, fetos anencéfalos, ou meninas de 10



FERNANDO FRAZÃO/ABR E MMFDH/ARQUIVO

Fundamentalismo. No bolsonaristão, Damares era uma serva de Deus com a missão de salvar fetos das feministas

anos grávidas em situação de abuso? Esse projeto, desde sua origem, visa ao controle sobre a reprodução das mulheres".

Apesar de impedidas de participar das sessões realizadas na Comissão da Mulher para discutir o tema, entidades feministas procuraram o relator com o intuito de convencê-lo a não colocar o parecer em votação, sob o argumento de que o partido ao qual é filiado faz parte da base de apoio do governo Lula, que será empossado em poucos dias. "Além do projeto obrigar que crianças estupradas tenham o bebê, um dos apensados tem até previsão de pagamento de pensão, o que tem sido chamado de bolsa estupro. Em caso de violência sexual e de o estuprador



AGÊNCIA CÂMARA/ARQUIVO

Escárnio. Especialistas denunciam a naturalização do estupro no projeto de lei em tramitação na Câmara

ser identificado, ele teria de pagar pensão alimentícia. Se não for identificado, o Estado paga. É assim: 'não pode abortar, fique tranquila porque o estuprador vai pagar a pensão'. É um nível de crueldade e sofrimento que não é razoável", destaca Laura Molinari, da campanha Nem Presa Nem Morta.

O PL também é chamado de Estatuto do Estuprador, espécie de prêmio aos abusadores. "Ao reconhecer a paternidade de crianças resultantes de estupro, o projeto transforma a brutalidade de uma violência sexual, crime hediondo, em uma relação legal. Ao garantir a possibilidade de paternidade ao estuprador, o projeto subjuga a integridade das mulheres e contribui para a perpetuação da violência e da impunidade, uma vez que, ao serem vistos como 'pais' e não como estupradores, estes homens podem vir a contar com a benevolência de uma sociedade patriarcal, que culpa as mulheres, mesmo quando elas são as vítimas. Com isso, o Estatuto do Nascituro expõe as mulheres e toda a sociedade a diferentes tipos de violência", acrescenta a psicóloga Vanessa Gebrim.

Além de tentar impedir os abortos previstos em lei, o projeto de lei proíbe a fertilização *in vitro*, pois se pressupõe o descarte de embriões, e compromete pesquisas com células tronco. Para a advogada Mayra Cardozo, especialista em Direitos Humanos e Penal, o PL é inconstitucional, por violar uma série de direitos humanos consagrados na Constituição, como o preceito da dignidade humana. "Quando a gente fala em um projeto de lei que vai punir e vedar o que são chamados de aborto humanitário, por exemplo no caso de estupro, e aqueles relacionados a fetos anencéfalos, a gente fala sobre violar o preceito primordial da dignidade humana das mães, das crianças vítimas de estupro. Você não pode assegurar um direito a partir da violação de direitos no âmbito da dignidade humana", defende Gebrim. Segundo ela, caso o projeto passe pela Câmara e pelo Senado, haverá uma enxurrada de ações contestatórias no Supremo Tribunal Federal.

Enquanto as trevas pairam sobre o Brasil, vizinhos da América Latina legalizam o aborto

Ainda que seja aprovado na Comissão da Mulher, dificilmente o PL 478 será revertido em lei. O texto precisa também ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, que pode classificá-lo como inconstitucional e arquivar. Caso passe pela CCJ, iria a votação no plenário da Câmara e depois pelo Senado. Na hipótese improvável de vencer todos os obstáculos no Congresso, o projeto poderia ainda ser vetado pelo futuro governo. "Não é tão simples assim para eles consolidarem esse PL e não avança mais nessa legislatura. Existem ainda muitas outras etapas para a matéria ser aprovada. Mas é vergonhoso que o projeto ande em uma comissão simbólica, a dos direitos da mulher", lamenta Bomfim. O Brasil, recorda a deputada, está atrasado em relação a outros países da América Latina que legalizaram o aborto nos últimos anos, casos de Argentina, Chile e Colômbia. "Aqui temos esse cenário das trevas." •

A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

A partir de janeiro, o País terá um novo governo, com novas diretrizes e diante de desafios imensos. Depois da **pandemia**, a mais aguda nos últimos cem anos, o mundo enfrenta uma **guerra**, a **alta da inflação**, a **escassez de energia** e restrições ao crescimento. Não bastasse, as **mudanças climática**s exigem decisões urgentes e inadiáveis. Neste contexto complexo, a futura administração **Lula** vai precisar de **empenho**, **criatividade** e **união** para vencer as barreiras e colocar o **Brasil** de volta nos trilhos. Para refletir sobre temas variados, do combate à desigualdade à recuperação de nossa imagem internacional, a edição de fim de ano de *CartaCapital* reunirá o seguinte time de colaboradores e convidados:

Ailton Krenak - Alberto Villas - Aldo Fornazieri - Boaventura de Sousa Santos - Christian Dunker
Gilberto Maringoni - Helena Nader - Heloísa Starling - José Sócrates - Luiz Gonzaga Belluzzo
Macaé Evaristo - Marcos Coimbra - Mino Carta - Nathan Caixeta - Pedro Serrano
Priscila Cruz - Rita von Hunty - Sergio Lirio - Sergio Machado Rezende - Tereza Campello

Disponível nas bancas e em todas as plataformas digitais a partir de 23/12.
Ou, se preferir, reserve seu exemplar diretamente em nosso site:

http://conteudo.cartacapital.com.br/especial2022





Grilo falante

POLÍTICA O PSOL quer ser a voz progressista na ampla aliança de apoio ao governo Lula

POR MARIANA SERAFINI

No sábado 17, o PSOL, indicam as previsões, vai finalmente superar o Complexo de Édipo. Nascido da costela do PT, após o escândalo do Mensalão e a reforma da Previdência no primeiro governo Lula, o partido era, nos primórdios, movido pelo desejo de "matar o pai", a ponto de incorporar o discurso moralista que teve na Operação Lava Jato o seu clímax. O golpe parlamentar contra Dilma Rousseff, a prisão de Lula, a chegada ao poder de Jair Bolsonaro e a consolidação de novas lideranças na legenda trataram de produzir uma reaproximação gradativa e desconfiada. Como naqueles filmes de Natal, a paz "familiar" e um novo recomeço tendem a ser selados nas cenas finais, ou melhor, na reunião em que os psolistas vão definir se integram de forma efetiva o futuro governo, inclusive por meio da ocupação de cargos, ou se manterão um apoio circunstancial. "Não há nenhuma perspectiva de ser oposição. Nem tem fôlego no debate interno agora. O que está em discussão é se vamos ocupar cargos", diz o deputado federal Glauber Braga, um dos psolistas defensores da tese de um acordo sem participação no Executivo e que, meses atrás, defendera a candidatura própria à Presidência da República, proposta derrotada pela maioria. "É mais útil um partido sem vínculos de cargo, mas com possibilidade de fazer críticas construtivas e organizar a sociedade civil para a construção de um apoio do ponto de vista popular", reitera a veterana Luiza Erundina, vice na chapa de Guilherme Boulos na disputa à prefeitura de São Paulo em 2020 e reeleita ao Parlamento.

Ser uma espécie de grilo falante do PT, voz crítica em meio à extensa e ideologicamente rarefeita base governista, é a forma de o PSOL manter a autonomia, mas nem todo o mundo na legenda está convencido de que a melhor maneira de exercer o apoio crítico é recusar espaços de poder. Há um dilema real: por sua história e militância, Sônia Guajajara é candidatíssima ao Ministério dos Povos Originários, pasta a ser criada na futura administração e uma das promessas de campanha de Lula. O PT teria oferecido ainda outras duas opções: Ciência e Tecnologia e Esportes. Faria sentido não aceitar a indicação em nome da "independência"?

A dúvida entre os dirigentes é se o partido deve ou não aceitar cargos na futura administração







Identidade. Para a experiente Erundina, o partido terá mais autonomia se não aceitar ministérios. Boulos mira a eleição à prefeitura de São Paulo em 2024

Este é um dos dilemas sobre a mesa da reunião de sábado e o desfecho indicará o grau de maturidade do partido. Faz tempo, o PSOL deixou de ser uma agremiação concentrada em poucas capitais e na classe média urbana. Eleição após eleição, a legenda cresce em número de votos, de filiados e de eleitos. Há mais jovens atraídos pelas propostas psolistas e percebe-se certo enraizamento nas periferias, além do fato de Boulos ter se tornado uma liderança promissora no campo progressista. Os tempos de sectarismo juvenil ficaram para trás e o crescimento impõe não só novas posturas, mas também novas estratégias. Aliás, Boulos não deve integrar o governo. Pré-candidato à prefeitura de São Paulo em 2024, alicerçado pelo desempenho na eleição de 2020, quando disputou o segundo turno contra o falecido Bruno Covas, e pelo recorde de mais de 1 milhão de votos para deputado federal este ano, o coordenador do MTST teria pouco tempo para imprimir marca própria em um ministério antes de deixar o cargo e mergulhar na campanha municipal. Mais interessante, do ponto de vista eleitoral, será assumir na Câmara a relatoria de algum projeto de vulto no primeiro ano de administração petista.

Uma alternativa para acomodar as diferenças internas seria liberar integrantes do partido ligados a movimentos sociais que eventualmente venham a ser convidados para cargos no governo, caso de Guajajara, ligada à Articulação dos Povos Índigenas do Brasil. As indicações seriam vistas, portanto, como um aceno petista à sociedade civil organizada e não aliança explícita entre os partidos. "Se, eventualmente, integrantes do PSOL forem indicados por algum movimento social para ocupar cargos no governo, não haverá veto a essa participação, desde que não seja uma indicação do partido propriamente, porque, na nossa avaliação, é mais coerente e consequente continuar fazendo o que fizemos durante anos, que é preservar os nossos compromissos originais de defender uma

VAMOSBOULOS/SÔNIA/2018 E REDES SOCIAIS

sociedade mais justa e igualitária", afirma Erundina. Braga discorda. Para ele, Guajajara seria mais importante no Congresso. "A Sônia, figura extraordinária, vai fazer a maior diferença possível se estiver no exercício do mandato como deputada federal, enfrentando o latifúndio. Isso é algo que ela sempre fez sem ter mandato, e agora teria ainda mais peso."

Érika Hilton, deputada federal eleita por São Paulo, acredita ser possível manter a autonomia e ocupar posições no governo. Segundo ela, em 24 de novembro, a futura bancada parlamentar reuniu-se pela primeira vez em Brasília para debater a conjuntura política pós-eleições e ficou definido de saída que o grupo não apoiaria a reeleição de Arthur Lira à presidência da Câmara. Posição diferente dos demais partidos da coligação do presidente. "Isso demonstra a nossa independência com as questões com as quais não concordamos." Hilton acrescenta: "A independência do PSOL em relação à reeleição de Lira na Câmara se dá, em primeiro lugar, para garantir a vocalização das bandeiras sociais e econômicas que não têm espaço em uma coalizão parlamentar encabeçada pelo Centrão. Em segundo lugar, para que haja representação no Congresso capaz de cobrar e pressionar o Poder Legislativo pela punição dos crimes de Bolsonaro durante os últimos quatro anos, agenda impossível de se conciliar com o bloco formado por Lira, onde estão diversos dos aliados e possíveis cúmplices dos crimes do bolsonarismo". A legenda, prossegue, tem "responsabilidade de defender o governo Lula contra qualquer tipo de golpismo", mas pondera: "Não precisamos de cargo para fazer essa defesa. Ao mesmo tempo, temos legitimidade popular para ocupar eventuais espaços, por sermos referência nacional em diversas agendas progressistas encampadas na campanha que derrotou Bolsonaro, e também porque fomos parte fundamental na militância que ajudou a eleger Lula".

O partido concorda ao menos em um ponto: é preciso unir forças contra o golpismo e o bolsonarismo

Carolina Iara, codeputada da Bancada Feminista na Assembleia Legislativa de São Paulo, lembra o apoio do partido ao PT e a Lula nos momentos mais difíceis. "Como parlamentar transexual, sei bem o tamanho do desafio que será derrotar ideológica e politicamente o bolsonarismo, que não termina com o fim do governo Bolsonaro. Estaremos ao lado de Lula nisso, assim como estivemos na luta contra o golpe parlamentar que depôs a presidenta Dilma Rousseff, e contra a Lava Jato, que culminou na prisão de Lula. Seguiremos no apoio às medidas positivas, mas manteremos a nossa independência."



Divergência. Sâmia Bomfim e Glauber Braga prefeririam manter distância

O momento é delicado. A oposição não aceita a derrota nas urnas e redobra a aposta em ações violentas nas ruas. Na segunda-feira 12, dia da diplomação de Lula pelo Tribunal Superior Eleitoral, bolsonaristas espalharam o terror em Brasília. Vândalos atearam fogo em ônibus e tentaram invadir a sede da Polícia Federal, para tentar libertar um cacique de araque preso por participar de atos golpistas. Diante do cenário, Braga afirma que a prioridade deve ser "garantir a posse de Lula e sua permanência no governo e enfrentar a extrema-direita e os liberais, incluindo o Centrão".

O clima de terror deixa Erundina com os ouvidos e os olhos atentos. Ela, que aos 88 anos atravessou duas ditaduras no século XX, afirma: "Os crimes que Bolsonaro cometeu ao longo do governo, os atos que atentaram contra a normalidade democrática, o risco que passamos no '7 de Setembro' de 2021, tudo isso me leva a pensar que o PSOL tem uma tarefa muito importante pela frente, de ampliar e consolidar uma base popular consciente e disposta a lutar para restabelecer a democracia, porque o Estado Democrático de Direito é o nosso maior bem". •

REDES SOCIAIS

ESTHER SOLANO

Feliz ano-novo

▶ O sofrimento, que havia nos deixado perplexos e entorpecidos nos primeiros anos do bolsonarismo, foi catapultado em potência e em ação. É uma vitória de todos nós

Última coluna de 2022, meus amigos. Foi um prazer dividir estas páginas com vocês. Na maioria das vezes, minha escrita tem nascido da angústia, como não podia ser de outra forma em tempos de destruição e ódio, em tempos em que a alegria política era impossível. A angústia compartilhada é outra coisa, transforma-se em impulso de luta, transforma uma dor que vem das entranhas na possibilidade de algo diferente. Agradeço a vocês por terem me permitido lidar com minhas angústias neste ano, e foram tantas.

Talvez sem a possibilidade de ter dito em voz alta as dores do governo Bolsonaro elas teriam se enquistado e me deixado paralisada, pois sabemos que o sofrimento não dito, os traumas não escritos, as agonias silenciadas nos asfixiam, nos acorrentam. Escrever é um ato terapêutico, escrever em tempos de ódio é um ato mais terapêutico ainda. Eu, como professora e pesquisadora, encontrei nestes anos na educação, na pesquisa social e na escrita minhas formas de revolta contra o monstro. Escutar os outros para entendê-los, aprender, conversar, ensinar, foi meu instrumento de luta. A sala de aula, trincheira. A escuta dos bolsonaristas não fascistas, trincheira. Cada um luta com as armas que tem, mas a escuta, a palavra e a educação são poderosas como mísseis.

Obrigada por este espaço, no qual o sofrimento se transformou em palavra e em laço social, no qual a gente se sentiu identificada e unida, apesar da abstração de uma coluna, pela concretude de nossas dores. Foi um privilégio. Como é importante construir espaços de compartilhamento de nossas angústias, pôr em voz alta as nossas tristezas. Como é importante que os nossos desesperos sejam escutados, abraçados, que a gente possa sentir que se desespera junto e que a nossa tristeza é coletiva, política e, portanto, pode ser ação e mudança.

E foi, opa se foi. Enfrentamos uma campanha eleitoral arquitetada no ódio, na mentira, na violência, no pânico moral, em quantidades pornográficas de dinheiro e, mesmo assim, vencemos. Conseguimos transformar a nossa ansiedade em revolta e, depois, em vitória. O sofrimento, que nos havia deixado perplexos e entorpecidos nos primeiros anos do bolsonarismo, foi catapultado em potência e em ação. Conquistamos juntos esta vitória. A campanha de Lula não foi a campanha de um homem só. Foi a campanha de milhões de nós, que conseguimos colocar a nossa angústia em movimento e fazer dela esperança.

E a gente vai começar 2023 com Lula presidente. Não sei se caiu a ficha ainda da grandiosidade destas palavras. Só sei que vou chorar muito no dia da posse. Será um choro de alegria, mas também a condensação de todo o tormento dos últimos quatro anos. Aposto que muitos de vocês vão chorar lágrimas de esperança, de vitória, lágrimas de uma sociedade que passou por um calvário político e que conseguiu sobreviver, bom, aqueles que conseguimos sobreviver, porque essas lágrimas também serão derramadas por todas as vítimas deste governo fascista e genocida que não estarão conosco para chorar ao ver Lula subir a rampa do Planalto.

Eu vou chorar mais ainda. Tornei-me mãe no governo Bolsonaro, mas agora meu filho terá uma infância no governo Lula. Ele vai brincar em um país cujo governo não odeia quem brinca, inventa, cria e imagina. Ele vai poder ir a uma escolinha num país cujo governo não odeia a educação. Ele vai poder escutar as musiquinhas num país cujo governo não odeia a arte porque a arte é o fantasma dos fascistas. Ele vai poder dançar num país onde o governo não odeia a festa, a alegria, o Carnaval, a dança, porque não há nada pior para um autoritário do que corpos alegres e livres.

Enfim, sei que muitas coisas continuam iguais, sei que há muita luta ainda, muito bolsonarismo vivo e forte, mas esta coluna é de esperança. Quero acabar este ano a gritar, em voz alta, com todos vocês: Vencemos!!! Quero saborear esta palavra e me deleitar no êxtase de começar 2023 com Lula.

Obrigada, obrigada de novo, por este espaço no qual as dores eram dores de todos nós. Obrigada por tantas mensagens de carinho que recebi de muitos de vocês, que, do outro lado da tela ou do papel, se fizeram presentes na minha vida com abraços escritos. Aos milhares de mensagens de ódio que também recebi, aprendi a viver também com vocês. Sei que por trás deles esconde-se a mediocridade e a covardia. É Lula 2023! •

redacao @cartacapital.com.br

BAPTISTÃO



Oportunidade rara

DESENVOLVIMENTO Uma política industrial benfeita será crucial para assegurar a valorização sustentável dos salários

POR CARLOS DRUMMOND

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →



pág. 40
Tributação. A verdade incômoda é que o País é um paraíso fiscal para bilionários

A reafirmação, por parte de Lula, de que pretende reindustrializar o País e promover a inovação tecnológica, uma condição para melhorar a distribuição de renda e perenizar esse avanço, intensificou o debate sobre políticas industriais nas últimas semanas. As atenções em relação ao tema aumentaram ainda a partir da recomendação do Grupo de Trabalho de Indústria, Comércio e Serviços da equipe de transição para a recuperação do papel do BNDES no financiamento da indústria nacional e para a recriação de um ministério dedicado a este projeto. A retomada das políticas para o setor ocorrerá, porém, em um contexto desafiador, marcado pela reorganização das cadeias de valor e redução das encomendas externas dos países, mas há também novos espaços para competidores como o Brasil, a partir de uma tendência de aumento da demanda por produções locais.

A perspectiva de reindustrialização mobiliza vários segmentos. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, conhecido pela sigla Iedi, fez uma compilação de estudos recentes sobre o tema e a CUT lançou um documento sobre o assunto. A Fiocruz e economistas da Unicamp publicaram, na quinta-feira 8, um estudo com propostas para o desenvolvimento do complexo econômico-industrial da saúde e o economista Antonio Corrêa de Lacerda, da PUC de São Paulo, lançou o livro *Reindustrialização: Para o Desenvolvimento Brasileiro* (Editora ContraCorrente). Na mesma semana, o InovaUSP realizou um seminário sobre semicondutores e a competitividade da indústria brasileira.

Em comum às várias propostas, há a compreensão dos prejuízos para a economia e a sociedade decorrentes de décadas de desindustrialização. Existe o consenso de que, sem uma industrialização vigorosa e ampla, com difusão de aumento de produtividade e progresso técnico na economia, não há como vencer a tendência à reprimarização da economia nem consolidar elevações salariais.

O aumento da demanda por produções locais favorece países como o Brasil

Inúmeros trabalhos e pesquisas consideram imprescindível para a retomada do crescimento da indústria uma infinidade de iniciativas, ações e articulações em várias dimensões, a envolver Estado, iniciativa privada, esferas interna e externa, áreas de comércio e tecnologia, entre outras. Apontar um ordenamento de iniciativas, simultâneas ou não, por onde começar e de que modo prosseguir é tarefa essencial, "não só possível, como desejável", chama atenção Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi. "Uma estratégia industrial não é uma 'lista de supermercado' com sugestões reunidas de toda parte. A ação do Estado deve permitir a coordenação e a priorização que a ideia de estratégia exige. Isso deve ser feito, porém, em ambiente propício ao debate e à constante interação entre o setor público, o setor privado e demais parceiros, de modo transparente."

Há necessidade de ações de combate ao custo Brasil, observa o economista, que não apenas melhoram a competitividade da indústria, como também potencializam os efeitos de outras ações de fortalecimento industrial. A reforma tributária para implementar o Imposto sobre Valor Agregado, o IVA, é uma dessas ações, "bastante discutida e que poderia avançar mais rapidamente". Seria o caso também de maior integração internacional do País, com a implementação do acordo com a União Europeia.

É preciso realizar também ações transversais, sublinha Cagnin, que impulsionam a produtividade da indústria como um todo, bem como sua perfor-



MINISTÉRIO DAS CIDADES E ADENIR BRITTO/PREFEITURA DE SJC

Ideias. O Minha Casa, Minha Vida pode ter unidades com geração de energia solar

mance ambiental. A digitalização é um eixo importante nesta direção, mas não basta. "Temos grande heterogeneidade. Há empresas que ainda não estão preparadas para dar este passo, mas podem obter ganhos importantes de produtividade com métodos e técnicas há muito tempo difundidos no mundo. O programa Brasil Mais, antigo Brasil Mais Produtivo, ao racionalizar o processo produtivo por meio da manufatura enxuta, é um bom indicativo disso, mas precisaria operar em escala maior."

É importante enfatizar, prossegue o economista-chefe do Iedi, que uma trajetória superior de ganhos de produtividade pode viabilizar o objetivo do novo governo de valorização dos salários no País. No caso do meio ambiente, não se trata apenas de descarbonização, mas também de circularidade e maior eficiência no uso de recursos naturais. Esses eixos deveriam ser enfatizados nas linhas de financiamento do investimento ofertadas pelos bancos oficiais, por exemplo, mas também em instituições de fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação, para que o Brasil participe do desenvolvimento de tecnologias 4.0 e verdes.

"Estas agendas potencializam 'ações direcionadas', na nomenclatura da OCDE, que vão além do mero recorte setorial. Como são áreas que podem exigir maior priorização, maior ambição tecnológica e, possivelmente, maior custo fiscal, devem ser bem desenhadas e corretamente implementadas, com acompanhamento, avaliação e correções de rumo quando necessários", ressalta Cagnin. É um campo da estratégia da indústria que provavelmente não caberá nos quatro anos de mandato e demandará sinergia entre diferentes áreas do governo e o setor privado.

A ideia de "missões", popularizada a partir do livro sobre o tema escrito pela especialista em inovação Mariana Mazzucato, é muito bem-vinda para estas ações, pois implica dar respostas a desafios da sociedade, o que também ajuda a legitimar os programas. É nesse campo, destaca o economista do Iedi, que as propostas ainda precisam ser mais bem debatidas e aprofundadas, inclusive para saber quais desafios são prioritários. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU podem ser um critério nesse processo de priorização, ao lado das nossas atuais competências tecnológicas e produtivas.



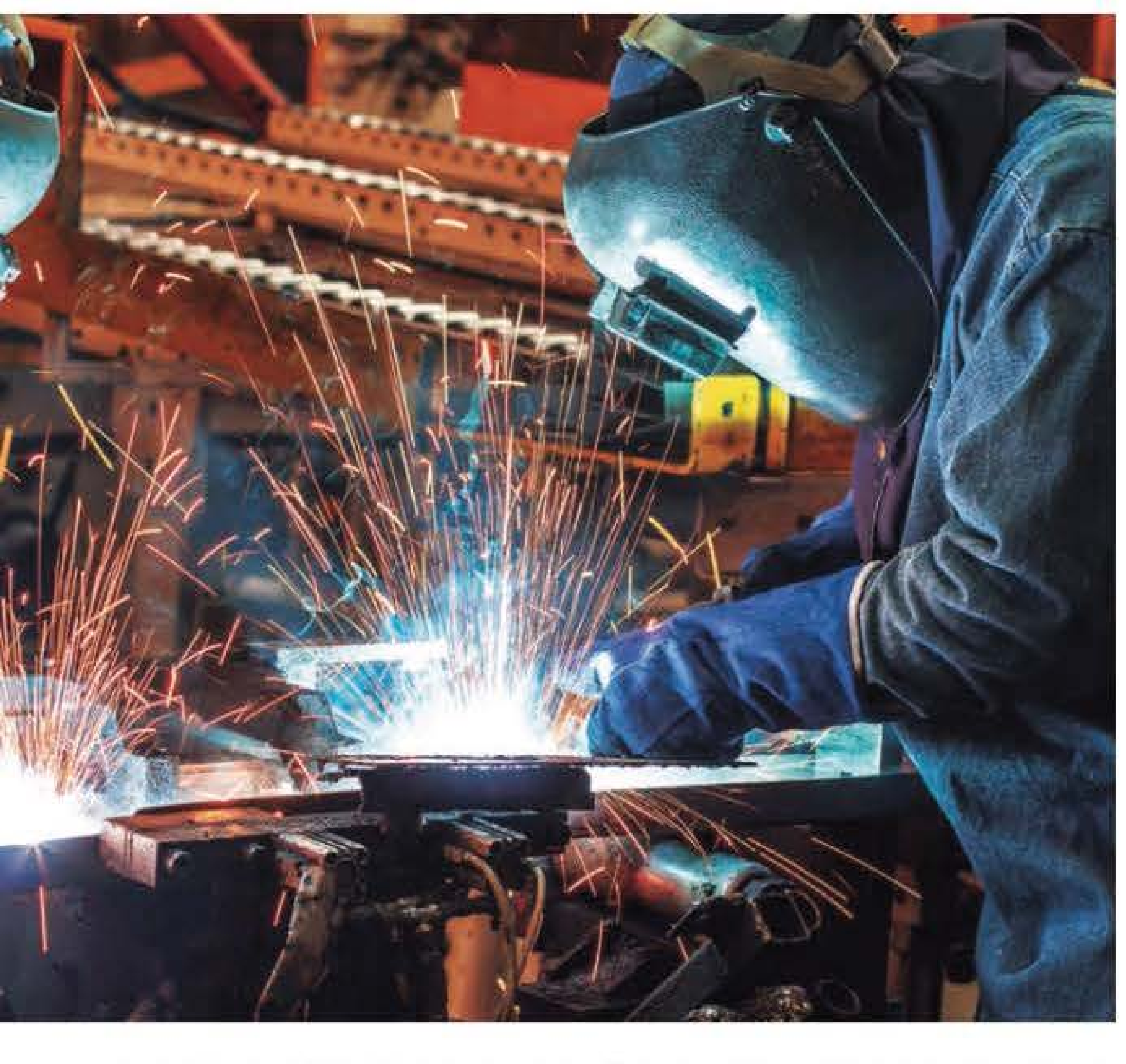


Há necessidade de construção de novos consensos em torno de uma estratégia industrial moderna

"Alguns caminhos, como no complexo industrial da saúde ou na cadeia de energia eólica, apresentam aspectos positivos nas experiências recentes que podem ser aproveitados e associados a outros, como o mercado de hidrogênio", diz Cagnin. "Mobilidade urbana, com a descarbonização do transporte coletivo, assim como do transporte de carga, pode ser outro eixo, aproveitando nossa capacidade em biocombustíveis."

As missões podem, ainda, ajudar na comunicação e legitimação da estratégia. É preciso que a sociedade entenda que fortalecer a indústria não é um fim em si mesmo, que isso é importante porque o desenvolvimento industrial é um destacado veículo de progresso econômico e social dos países, e as missões podem demonstrar isso com maior clareza.

Segundo o economista Antônio Carlos Diegues, professor do Instituto de Economia da Unicamp, é importante entender



Apostas. O complexo industrial da saúde é visto como estratégico. A desoneração de máquinas beneficia médias empresas

ISTOCKPHOTO F J GARCIA CORDERO

que todos os problemas de desindustrialização remetem a pelo menos três décadas e são, portanto, difíceis de resolver, exigem uma grande sinergia de instrumentos e volumes financeiros de investimento relevantes. "É preciso calibrar as expectativas para não sobrecarregar de novo a política industrial e entender que, se em um horizonte temporal curto, de quatro anos, não for possível resolver um problema tão profundo, não faz sentido chegar à conclusão de que a política industrial não funciona", diz. Esse cuidado não significa ser pouco ambicioso, mas levar em conta as condições materiais e políticas.

No artigo "A retomada do debate sobre Política Industrial", publicado pela Unicamp, Diegues e outros autores propõem um guia para políticas de desenvolvimento industrial a partir das características atuais do setor e do conhecimento acumulado no estudo de experiências internacionais bem-sucedidas. O trabalho evita o antigo recorte das políticas industriais horizontais e verticais e recorre à ideia contemporânea de "políticas industriais pervasivas", que combinam ações horizontais a programas verticais, denominados "direcionados" pela OCDE, de maneira a serem capazes de se adequar às heterogeneidades do tecido produtivo nacional, chama atenção o Iedi em um resumo do estudo.

As políticas industriais pervasivas contribuiriam, segundo os autores, para a construção de novos consensos quanto aos objetivos e desenhos de uma estratégia industrial contemporânea para o Brasil e a criação de uma coalizão de forças políticas que oferecesse suporte a esta estratégia, por um período longo o suficiente para as ações darem resultado. Esses consensos se dariam em torno da necessidade de se fomentar a produtividade e a competitividade da indústria brasileira, principalmente por meio da inovação, de forma responsável do ponto de vista socioambiental.

"É preciso entender a heterogeneidade da estrutura produtiva brasileira, que requer, por exemplo, um programa de extensionismo que leve a inovação, principalmente, às pequenas e médias empresas", ressalta Diegues. "Isso custa barato, é de efeito rápido e tem aderência ao anseio da população e dos industriais. Além de aumentar a produtividade, a competitividade e o espaço para ofertar salários melhores na base da pirâmide."

Esse esforço, na proposta de Diegues, viria acompanhado de políticas de fomento aos serviços intensivos em conhecimento vinculados à indústria, que geram empregos qualificados e têm pouca intensidade de capital por trabalhador, portanto, o custo para gerar novos empregos é barato, pagam salários bem mais altos que a média, contam com demanda muito rápida no Brasil e no exterior, e isso tem efeitos multiplicadores importantes para a estrutura produtiva como um todo. O professor da Unicamp considera necessária a desoneração total dos investimentos em compra de máquinas, equipamentos e demais bens de capital, o que beneficiaria médias empresas, e ainda uma política de formação de mão de obra em recursos humanos para TI e desoneração tributária também dos serviços intensivos em conhecimento.

Um exemplo de combinação de ações horizontais e programas verticais seria a participação do programa Minha Casa Minha Vida na geração de energia solar fotovoltaica e aquecimento solar. "Esse tipo de articulação tem grande legitimidade social e política, até entre os empresários mais refratários", ressalta Diegues.



Rico no Imposto de Renda

▶ A verdade incômoda é que o Brasil é um paraíso fiscal para os bilionários

Posso falar do Lula outra vez? Pergunto e eu mesmo respondo: posso! Afinal, este é o derradeiro artigo do ano de 2022. E quem foi a grande figura deste ano tão difícil que atravessamos? Existe salvador da pátria? Se existe, nós sabemos quem é.

Não pense, leitor, que este parágrafo inicial, entusiasmado, signifique admiração fervorosa e irrestrita pelo presidente eleito. Não! Tenho minhas reservas, minhas dúvidas. É natural. Ninguém é perfeito e ninguém merece ser poupado de críticas. E o papel de pessoas como eu será não apenas apoiar, mas também criticar, se necessário de forma severa, o futuro governo brasileiro.

E, em especial, cobrar o cumprimento das promessas de campanha. Por exemplo, o candidato Lula disse diversas vezes que pretendia "colocar o pobre no orçamento e o rico no Imposto de Renda". Perfeito. Nada mais justo, nada mais necessário.

O que significa essa fórmula feliz? Duas coisas, pelo menos. Primeiro, modificar a composição do gasto público. E, em segundo lugar, aumentar a tributação sobre os super-ricos.

Do lado do gasto, o importante é assegurar que as despesas do governo beneficiem em primeira instância os pobres, os miseráveis, os mais necessitados. Fundamental, portanto, abrir espaço no orçamento para o aumento expressivo das transferências sociais, inclusive o Bolsa Família, o aumento do poder de compra do salário mínimo e, também, maiores despesas de educação e saúde focadas nos mais pobres. Merenda escolar, por exemplo. Farmácia popular, outro exemplo. Também moradia. Transporte público.

Veja, leitor, que falei em "abrir espaço". Isso significa cortar gastos supérfluos, que beneficiam quem já tem renda e riqueza. A linha de menor resistência será sempre sobrepor os gastos sociais aos gastos ineficazes e concentradores de renda já existentes. Pequeno problema: o nível do gasto público é alto no Brasil. Novos aumentos serão difíceis de conciliar com a estabilidade da economia.

E do lado da receita? Nesse ponto, o nível de vigarice das discussões econômicas habituais alcança uma espécie de ponto máximo. De fato, é fundamental colocar os ricos no Imposto de Renda. Melhor dizendo, colocar os super-ricos. Importante não deixar margem para exploração política dessa questão. Não se trata de aumentar a carga tributária sobre a classe média, que já é elevada. E muito menos sobre a população pobre, que suporta a pesada carga de tributos indiretos. Os super-ricos, que dominam a mídia tradicional, conseguem normalmente vender como aumento de impostos sobre "a sociedade" qualquer tentativa de fazê-los contribuir um pouco mais para o funcionamento do Estado.

Eis a verdade incômoda: o Brasil é um paraíso fiscal para os bilionários, a tenebrosa turma da bufunfa. O nosso país, como se sabe, é um dos mais desiguais do planeta. Um dos fatores que contribuem para isso é a injustiça do sistema tributário. Em 2019, um único brasileiro declarou renda de 1,4 bilhão de reais, sendo 1,3 bilhão em dividendos livres de tributação! A quantidade de injustiças da tributação não cabe em um artigo. Prometo voltar ao assunto, nesta coluna, em 2023.

Por ora, listo rapidamente alguns exemplos escandalosos. O Imposto de Renda da pessoa física torna-se regressivo após a faixa de 30 a 40 salários mínimos. A renda do capital é isenta na pessoa física ou sujeita a tributação proporcional ou de baixa progressividade. Heranças e doações estão sujeitas à alíquota máxima de 8%. Iates e aviões particulares estão isentos de IPVA. O Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto na Constituição de 1988, nunca foi criado. O Imposto Territorial Rural corresponde a apenas 0,1% da arrecadação federal.

Para completar o quadro, as fragilidades da administração tributária, agravadas durante o governo Bolsonaro, permitem que os bilionários escapem dos impostos com relativa facilidade. Praticam o chamado planejamento tributário, com assessoria de advogados tributaristas regiamente remunerados.

Os beneficiários desse paraíso tributário são exatamente os mesmos que, por intermédio dos seus serviçais – uma legião de economistas e jornalistas econômicos –, entopem a mídia tradicional com clamores por "responsabilidade fiscal".

Veremos o que o novo governo fará para colocar "o pobre no orçamento e o rico no Imposto de Renda". A resistência à mudança será grande, como sempre, mas é uma luta que vale a pena. •

paulonbjr@hotmail.com

BAPTISTÃO

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

O ataque da malta desvairada

▶ O propósito do bolsonarismo é substituir a civilização pelas regras das sociedades das cavernas

Devemos sempre resistir à impressão de que o mundo está enlouquecendo. Esta é a lição que nos deixa o famoso conto de Machado de Assis, *O Alienista*. Doutor Simão Bacamarte, depois de encerrar toda a cidade no manicômio – inclusive a sua própria mulher –, acabou por trancar a si mesmo.

Derrotado nas eleições presidenciais, Bolsonaro trancou-se no Palácio da Alvorada e recolheu-se ao silêncio. O autoconfinamento presidencial não impediu, se não estimulou, a epidemia de capota furada que assola seus fanáticos apoiadores. Estacionada à porta do quartel em Brasília, a malta ignara e truculenta ameaçou invadir o edifício-sede da Polícia Federal para libertar um indígena bolsonarista. Repelidos, os baderneiros incendiaram ônibus e automóveis.

Com o propósito de questionar o resultado das eleições e incitar um golpe de Estado, o movimento da malta fascistoide realiza mais uma façanha (ou patranha) típica das hordas sociais que Hannah Arendt chamou de ralé. Mais uma vez, o magnífico projeto iluminista-burguês da liberdade, igualdade e fraternidade está fazendo água. Não podemos colher outro ensinamento das imprecações agressivas dos sequazes de Jair Bolsonaro contra os ministros do STF. Ao apontar sua garrucha velha e enferrujada para Alexandre de Moraes ou Luís Roberto Barroso, Bolsonaro não pretende atingir as pessoas dos ministros, mas sim a instituição STF.

No mesmo diapasão, seus fanáticos, ignaros e ressentidos apoiadores pretextam combater o "comunismo", mas, na verdade, buscam destruir as instituições que acompanharam a formação do Estado Moderno ao longo de séculos. O propósito é substituir a civilização pelas regras das sociedades das cavernas.

A civilização ocidental, disse Gandhi, teria sido uma boa ideia. Imaginei, santa ingenuidade, que as batalhas do século XX, além do avanço dos direitos sociais e econômicos, tivessem finalmente estendido os direitos civis e políticos, conquistas das "democracias burguesas", a todos os cidadãos. Mas talvez estejamos numa empreitada verdadeiramente subversiva em seu paradoxo: a construção da República dos Bárbaros. Uma novidade política engendrada nos porões da inventividade contemporânea, regime em que as garantias republicanas recuam diante dos esgares das consciências toscas, movidas pelo narcisismo dos ressentidos.

Esses deserdados da civilidade simulam retidão moral para praticar as brutalidades dos "homens de bem". Os direitos individuais e os valores da modernidade são tragados no redemoinho do moralismo particularista e exibicionista dos amorais. O expediente de satanizar o adversário revela indigência mental e despreparo para a convivência democrática. É, portanto, saudável exorcizar as tentações do maniqueísmo, o bem contra o mal.

Os bárbaros repercutem nas redes sociais os impropérios dos líderes truculentos. Manejam com desembaraço a técnica das oposições binárias, método dominante nas modernas ações e interações entre os participantes das redes. Nos comentários da internet, vai "de vento em popa" o que Herbert Marcuse chamou de "automatização psíquica" dos indivíduos. Os processos conscientes são substituídos por reações imediatas, simplificadoras e simplistas, quase sempre grosseiras, corpóreas.

Os indivíduos mutilados executam os processos descritos por Franz Neumann, em *Behemoth*, seu livro clássico sobre o nazismo: "Aquilo contra o que os indivíduos nada podem e que os nega é aquilo em que se convertem". O que aparece sob a forma farsista de um conflito entre o bem e o mal está objetivado em estruturas que enclausuram e deformam as subjetividades exaltadas. A indignação individualista, a raiva contra os opositores e os arroubos moralistas são expressões da impotência que, não raro, se metamorfoseia em desvario autoritário.

Os bolsonaristas declararam guerra aos demais. Uma declaração de guerra apoiada no pretexto do antipetismo, do anticomunismo e do anticristianismo travestido de pentecostalismo. Eles estão conclamando os aliados e – atenção! – também os adversários para a guerra civil. Esta é a forma que assumem as divergências sociais, quando as regras da convivência pacificada pelo Estado são massacradas pelo retorno à barbárie.

Nas investidas do bolsonarismo, o Estado transforma-se num aparato administrativo desgovernado e despótico, numa caricatura de si mesmo, num butim a ser dilapidado por ocupantes eventuais.

Incapacitado de garantir aos "indivíduos pacificados" proteção diante da turbulência dos bárbaros, o Estado brasileiro amesquinha-se e não consegue cumprir o dever elementar de exercer o monopólio da violência. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Caixa de Pandora

MÍDIA DIGITAL Com as intervenções de Elon Musk na política de moderação do Twitter, o discurso de ódio teve crescimento explosivo na plataforma, atestam pesquisas

POR CARLOS SENNA

Poucas horas após enviar um *e-mail* aos integrantes do Conselho de Confiança e Segurança do Twitter, painel de especialistas externos responsável por revisar as práticas de moderação de conteúdo na plataforma, no qual demitia todos os contratados e desejava melhor sorte no futuro, o bilionário sul-africano Elon Musk fez uma curta postagem na rede social: a palavra "Siga" acompanhada do *emoji* de um coelho. A mensagem aparentemente inofensiva atiçou os seguidores da teoria da conspiração QAnon, que acreditam na existência de uma cabala sinistra a comandar o mundo e combatida em segredo por Donald Trump. Entre os adeptos da seita, "seguir o coelho branco" significa buscar por evidências da ação desse grupo maligno.

Musk gosta de instigar grupos extremistas. Recentemente, ele escreveu na plataforma que gostaria de saber como a Terra seria daqui a 88 milhões de anos, número com significado especial para os neonazistas – seria um código para *Heil Hitler*, uma vez que "H" é a oitava letra do alfabeto. Após o empresário concluir a compra do Twitter por 44 bilhões de dólares e demitir metade de seus funcionários, os discursos de ódio se alastraram na plataforma feito rastilho de pólvora. Pesquisas de instituições como o Centro para Combate do Ódio Online e a Liga Contra a Difamação revelam que as mensagens antissemitas cresceram 61%, os ataques contra a comunidade LGBTQIA+ aumentaram 58% e as ofensas raciais contra negros subiram mais de 300%.

De acordo com outro estudo, publicado pelo Centro para Comunicação Estratégica da Montclair State University, no estado de New Jersey, os comentários contra homossexuais atingiram um pico 885% superior à média no fim de novembro, logo após um atentado a tiros em uma boate LGBTQIA+ de Colorado Springs, que deixou cinco mortos e 18 feridos. Sem apresentar fontes ou dados, Musk rebate a acusação, dizendo que, ao contrário, os discursos de ódio despencaram a um terço do que havia antes de ele assumir o comando da plataforma

O excêntrico bilionário tem adotado o mesmo estilo provocador ao opinar sobre temas políticos. Identificado com a direi-



ZACK/MCOM E TASOS KATOPODIS/GETTY IMAGE/AFP

Anistia. Banidos após o motim do Capitólio, os radicais trumpistas retornaram à rede

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 46
Alemanha. Os extremistas que conspiraram contra Olaf Scholz são lunáticos ou perigosos?



Brincando com fogo. O bilionário sul-africano gosta de instigar os grupos extremistas

Os ataques racistas aumentaram mais de 300%. As ofensas antissemitas ou contra *gays* tiveram altas superiores a 58%

ta mais radical do Partido Republicano, Musk publicou numerosas críticas ao presidente democrata Joe Biden e seus assessores, principalmente o médico-chefe do Centro de Controle de Doenças Contagiosas, Anthony Fauci, responsável pelos programas de combate à Covid-19. O empresário fez questão de acabar com os avisos de desinformação sobre as vacinas e comentários negacionistas da ciência na plataforma.

Mesmo conhecendo o perfil reacionário do novo dono do Twitter, parte dos usuários brasileiros ficou surpresa quando Musk resolveu falar sobre a eleição que trouxe Lula de volta à Presidência da República. O magnata passou semanas falando sobre possíveis manipulações da antiga cúpula do Twitter para influenciar disputas políticas nos EUA e, quando questionado por um correspondente da *Rebel News Australia* sobre outras eleições que podem ter sido influenciadas pela plataforma, informou ter recebido "relatos preocupantes" sobre a eleição no Brasil. "Se os tuítes são verdadeiros, é possível que o Twitter tenha favorecido candidatos de esquerda", acrescentou. A postagem, realizada em 3 de dezembro, teve mais de 242 mil curtidas. "Parece ser mais um aceno aos grupos de extrema-direita, mas o episódio tem algumas singularidades", observa a jornalista Eliara Santana, pesquisadora do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp e do Observatório das Eleições.



Parceria. Bolsonaro e Musk estreitaram relações durante uma visita do magnata ao Brasil, sob o pretexto de vender satélites

"Eduardo Bolsonaro, o filho Zero Três do presidente em exercício, parece ter um trânsito grande com Musk, assim como tinha com Olavo de Carvalho."

Essa relação gerou uma aproximação entre o governo de Jair Bolsonaro e o magnata do ramo da tecnologia. Sob o pretexto de apresentar um projeto da empresa Space X para levar a internet via satélite para áreas isoladas da Floresta Amazônica, um encontro entre Bolsonaro, a cúpula do Executivo Federal e Musk foi intermediado pelo ministro Fábio Faria. Eliara Santana está convencida, porém, de que o encontro serviu a outros propósitos, bem menos nobres. "Naquele momento, ninguém deu muita bola para a reunião, mas não foi um encontro aleatório, não foi para comprar satélite. A extrema-direita internacional estava de olho na eleição do Brasil por termos aqui um ecossistema de desinformação único, como denunciado pelo ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral. É um sistema organizado, com enorme capilaridade, estrutura muito bem financiada, aporte do Poder Público, em um país de dimensões continentais. Existe, ainda, uma interface com o sistema de informação tradicional e com o elemento religioso. Infelizmente, esse ecossistema não será extinto com a saída de Bolsonaro da Presidência."

O interesse de Musk na máquina de desinformação do governo brasileiro e a vontade dos influenciadores de extrema-direita do País em fazer da plataforma um campo livre para amplificarem suas narrativas levou figuras como o *youtuber* Kim Paim, o empresário Paulo Figueiredo Filho, neto do ditador João Baptista Figueiredo e comentarista da rádio Jovem Pan, e Eduardo Bolsonaro a tentarem interagir com o bilionário depois que ele assumiu o controle do Twitter. Musk prometeu a Figueiredo Filho investigar se os funcionários da rede social estavam censurando ou sabotando contas de representantes da direita nacional. Já Zero Três usou a plataforma para pedir que o novo dono reativasse dez contas derrubadas por ordem do TSE, incluindo as do blogueiro Allan dos Santos, foragido da Justiça, do empresário Luciano Hang, dono das Lojas Havan, e do *youtuber* Nikolas Ferreira, recém-eleito deputado por Minas Gerais.

Musk, que deixou de ser o homem mais rico do mundo neste ano, após perder mais de 100 bilhões de dólares em investimentos pouco lucrativos, faz esses acenos em meio à decisão controversa de permitir que contas banidas por disseminar discurso de ódio ou por espalhar *fake news* retomem as atividades na plataforma. Radicado nos EUA, o empresário sul-africano identifica-se como um "absolutista da liberdade de expressão" e, portanto, defende que o Twitter deixe de controlar o que as pessoas dizem. Para ele, a rede social só deveria derrubar contas que reproduzem conteúdo automaticamente ou de usuários que tentam manipular o funcionamento da plataforma para vantagem própria. Segundo David Nemer, professor no Departamento de Estudos de Mídia na Universidade da Virgínia, não há comprovação alguma de que Musk esteja, de fa-

to, fazendo isso. "Na verdade, ele próprio motiva usuários da extrema-direita a fazerem o que bem entendem, a publicarem mensagens racistas, homofóbicas e todo o tipo de conteúdo nocivo."

Pesquisador associado do Berkman Klein Center for Internet and Society na Universidade de Harvard, Nemer pondera, porém, que Musk não demonstrou ter interesse de confrontar as autoridades nacionais ou desrespeitar ordens judiciais. No caso brasileiro, em que a maioria das contas derrubadas foi resultado de decisões de tribunais superiores, o dono do Twitter colocaria seu negócio em risco se decidisse ignorar as determinações do Judiciário. "O TSE chegou bem perto de banir o Telegram e, se for desrespeitar as leis, o Twitter pode ir pelo mesmo caminho, além de ficar sujeito a pesadas multas. Não podemos, porém, descartar essa possibilidade."

Entre as contas reativadas na plataforma figuram as de Andrew Anglin, dono dos maiores sites neonazistas do mundo, Clandestine e IET, de líderes da comunidade QAnon e do próprio Donald Trump, banido desde que usou o Twitter para espalhar falsas alegações de fraude na eleição de 2020 e insuflar a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021. De acordo com Mike Rothschild, autor do livro *The Storm Is Upon Us: How QAnon Became a Movement, Cult, and Conspiracy Theory of Everything* (*A Tempestade Está Sobre Nós: Como o QAnon se Tornou um Movimento, um Culto e uma Teoria da Conspiração Sobre Tudo*, em tradução livre), "a moderação (*feita pelo Twitter na administração de Musk*) não faz o menor sentido, uma vez que ele oscila entre anistia total e um novo endurecimento. Muitas contas de extremistas tiveram de ser banidas novamente".

Sem provas, Musk insinua que a antiga cúpula do Twitter favoreceu candidatos da esquerda nas eleições brasileiras

Foi o caso do *rapper* Kanye West, também conhecido como Ye, expulso por fazer comentários antissemitas. Ele recebeu o perdão de Musk e acabou banido novamente, após publicar mensagens de ódio e conceder uma nauseante entrevista, na qual confessou sua simpatia pelo nazismo. "Musk está, com certeza, apelando para conspiradores da extrema-direita, muitos dos quais também veem nele alguém que enfrenta o poder e fala a verdade, com a capacidade de dizer e fazer qualquer coisa que quiser", diz Rothschild. "Parece, ainda, que Musk quer ser admirado por essas pessoas, então a relação entre eles está se tonando simbiótica rapidamente."

A reativação das contas também tem relação com certa estratégia de negócios, a envolver outros dois elementos: o combate a contas inautênticas, sobre as quais Musk ainda não apresentou provas do que está fazendo, e uma mudança algorítmica, a influenciar os conteúdos que aparecem com mais frequência. Muitos usuários, sobretudo os identificados com a esquerda, têm reclamado no Twitter que as contas que seguem ou os conteúdos que desejam simplesmente desapareceram do seus *feeds*, ao passo que outras, com mensagens odiosas ou repugnantes, tomaram seus lugares.

Enquanto Musk se gaba da redução dos conteúdos disseminados por robôs e do aumento das interações entre seres humanos de carne e osso, a proliferação de discursos de ódio revela que o foco do magnata é equivocado, avalia Nemer. "Pode ser que a extrema-direita tenha aumentado de forma orgânica. O ódio que vemos na rede social é real, amplificado por pessoas que realmente são conectadas na plataforma e produzem esse tipo de conteúdo."

As atabalhoadas intervenções de Musk afugentam os anunciantes, que temem a associação com uma plataforma que promove o radicalismo e o ódio. Ninguém tem clareza sobre os reais objetivos do bilionário. Rothschild especula que o empresário queira trazer o Twitter de volta ao que ele era antes de 2020, quando a pressão por moderação contra a desinformação sobre a Covid-19 ampliou-se para o campo político e culminou no banimento de Trump. Eliara Santana identifica, porém, um projeto de poder, no qual Musk se apresenta como um "elo de articulação da extrema-direita mundial", abrindo as portas para que eles ocupem mais espaços na rede social. •



Barreira judicial. O TSE mantém o veto a Bia Kicis e Carla Zambelli

REDES SOCIAIS E CLEVERSON OLIVEIRA/MCOM

Lunáticos ou perigosos?

The Observer A eficácia golpista da célula de extrema-direita desbaratada pela polícia vira alvo de debate na Alemanha

POR PHILIP OLTERMANN, EM BERLIM





O tempo de perdoar e esquecer havia passado, disse o homem de barba grisalha em um forte rosnado bávaro, de costas para o Mar Adriático de cor turquesa, enquanto gesticulava calmamente em direção à câmera. "As pessoas que nos intimidaram, que nos prenderam", disse, estavam prestes a enfrentar o acerto de contas, numa "revolta histórica" que daria lugar a uma nova ordem jurídica e política. A mudança era iminente, questão de semanas. "Se tudo correr como planejado, faremos isso antes do Natal", prometeu o homem, que se autodenomina "General Eder", em um vídeo publicado num site frequentado por teóricos da conspiração de extrema-direita, no Domingo do Advento deste ano (27/11).

Dez dias depois, na madrugada de quarta-feira 7, Maximilian Eder, 64 anos, foi preso na cidade italiana de Perugia, na maior série de incursões da Alemanha contra o extremismo de direita. Juntamente com outros 25 conspiradores, Eder é acusado de traçar um plano para derrubar o Estado por meios violentos, instalar um governo paralelo liderado por um pequeno aristocrata alemão e pedir à Rússia para renegociar os tratados pós-Segunda Guerra Mundial.

Embora nenhum dos golpistas fosse uma figura pública conhecida, sua origem social causava espanto: eles incluíam médicos de família, juízes, *chefs* de cozinha e cantores de ópera, e vários do bando desorganizado de aspirantes a revolucionários pareciam ter sido radicalizados no rico e respeitável centro da sociedade. Um funcionário da polícia criminal da Baixa Saxônia também é investigado por conexões com o grupo, informou a emissora ZDF. Seu círculo era completado por homens de formação militar, como Eder: verdadeiro comandante de um dos batalhões de infantaria blindada da Bundeswehr entre 1998 e 2000, que passou algum tempo de serviço no Kosovo e no Afeganistão e foi fundador do comando de forças especiais da Alemanha (KSK). Um ex-comandante do

Sob a liderança do "General Eder", o grupo pretendia tomar o poder e restaurar a "glória" do Reich





Comando "militar". Eder, de longa carreira no exército alemão, foi preso na cidade italiana de Perugia. Outros 25 conspiradores acabaram detidos

Batalhão 251 de paraquedistas foi apontado como aspirante a líder do "braço militar" do grupo terrorista. Mas a inclusão de uma ex-deputada do Bundestag do partido de extrema-direita Alternativa para a Alemanha (AfD) fez soar o alarme mais estridente: como ex-deputada, Birgit Malsack-Winkemann teria conhecimento dos arranjos de segurança e privilégios especiais de acesso ao conjunto de edifícios parlamentares no centro de Berlim.

Uma lista de alvos potenciais, encontrada na casa de um suspeito durante as batidas policiais, incluía sete integrantes do Parlamento alemão, entre eles a ministra das Relações Exteriores verde, Annalena Baerbock, o líder da oposição conservadora, Friedrich Merz, e a colíder e o secretário-geral do Partido Social-Democrata, Saskia Esken e Kevin Kühnert. O presidente da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, disse estar "profundamente preocupado" com o suposto complô, descrevendo-o como um "novo nível".

Se o grupo de conspiradores teria realmente representado uma séria ameaça à ordem democrática da Alemanha, ou se era apenas um bando de excêntricos com uma imaginação hiperativa, entretanto, foi objeto de debate nos dias que se seguiram às prisões. O fato de jornais selecionados e equipes de filmagem terem sido informados com antecedência sobre as batidas de madrugada – duas semanas atrás, segundo alegou a deputada do partido A Esquerda Martina Renner – levou a críticas de que a operação foi projetada como um trabalho de publicidade para uma comunidade de inteligência que tem demorado a descobrir planos semelhantes, sem dúvida mais ameaçadores, de grupos de extrema-direita.

O conservador diário suíço *Neue Zürcher Zeitung*, que tem o hábito editorial de arengar seu vizinho do Norte sobre questões políticas, disse que "as agências de segurança alemãs quiseram mostrar seus músculos na frente do mundo inteiro". O *Berliner Zeitung* escreveu que as prisões foram vistas como um "golpe de relações públicas bem orquestrado", concentrando-se em não mais que "25 malucos senis". O fato de as batidas terem ocorrido um dia antes do "dia de alerta" nacional da Alemanha, destinado a testar sistemas de alerta e sensibilizar para cenários de emergência, deve ser mais que uma coincidência, sugeriram outros. Poucas horas depois das prisões, jornais co-

BORIS ROESSLER/DPA/AFP E ISTOCKPHOTO

mo *Spiegel* e *Die Zeit* publicaram artigos detalhados, nos quais descrevem os antecedentes pitorescos dos conspiradores, que logo foram divulgados em todo o mundo e garantiram o tipo de cobertura internacional que faltava, quando, por exemplo, se descobriu, em 2017, que o ex-soldado Franco Albrecht planejou ataques de "bandeira falsa" contra políticos e figuras públicas importantes, enquanto se fazia passar por refugiado sírio.

Uma questão é se a estratégia da mídia pode ter prejudicado a verdadeira intenção da operação, de apreender provas incriminatórias para levar os conspiradores a julgamento. O jornal berlinense *Tagesspiegel* publicou uma entrevista com a vizinha de Eder em sua cidade natal, Eppenschlag, na Baviera. Segundo ela, o aposentado havia ligado da Croácia alguns dias antes. "Pode ser que a polícia apareça na próxima semana", teria dito o ex-soldado.

O comandante militar aposentado está no radar das agências de inteligência ao menos desde o verão de 2021, quando se juntou às marchas antivacina alemãs de uniforme e prometeu proteger os manifestantes da polícia. Na sequência das inundações catastróficas no oeste da Alemanha, Eder e seus apoiadores também criaram um "comitê de crise" numa escola na devastada Ahrweiler, naquele mês de agosto. A outra questão é se uma repressão aos conspiradores de Eder se justificaria pela ameaça que representavam para a segurança nacional. Sua mensagem de vídeo com trilha sonora de harpa e percussão, compartilhando abertamente seu plano revolucionário com o resto do mundo, pode sugerir menos gênios estratégicos a tramar nas sombras do que velhos presos na câmara de eco da internet.

O recanto do espectro extremista de direita habitado por Eder e seu círculo floresceu, porém, nos últimos anos, precisamente porque não foi levado muito a sério. Os promotores descreveram os suspeitos presos como "apoiadores de mitos da conspiração, de um conglomerado de narrativas relacionadas às ideologias do movimento Reichsbürger e da QAnon". As crenças do primeiro grupo, os "cidadãos do império", foram amplamente expostas em um discurso de 2019 num fórum de negócios suíço por Heinrich XIII, príncipe Reuss de Greiz, aristocrata de 71 anos descrito como o líder político do grupo e que se imaginava no poder após o golpe, ao menos temporariamente.



Ao reclamar que sua dinastia havia sido injustamente despojada de seus pertences por meio de guerras provocadas por sinistros maçons e financistas judeus, Heinrich XIII afirmou que a Alemanha moderna "apenas se tornou uma estrutura administrativa dos Aliados", discurso-padrão do movimento Reichsbürger. Ao descartar o tratado internacional que permitiu a reunificação alemã no início dos anos 1990, seus adeptos afirmam que o Reich continua a existir, pois a Alemanha assinou um armistício e não um tratado de paz após a Segunda Guerra Mundial. A república federal é ilegítima, mera "simulação de Estado". Qual império restaurar o Reichsbürger nem sempre concorda.

"A cena do Reichsbürger é muito dividida internamente, e Heinrich XIII não era uma figura particularmente dominante no movimento em geral", disse Nicholas Potter, analista que monitora redes de ex-



Inside information. Malsack-Winkeman, ex-deputada da AfD, integrava a trama golpista, o que aumentou o alerta dos serviços de inteligência alemães

BUNDESTAG E BRITTA PEDERSEN/DPA/AFP

trema-direita para a Fundação Amadeu Antonio, que faz campanha contra o racismo e o antissemitismo. "Alguns deles querem trazer de volta o Kaiserreich (o Estado imperial alemão entre 1871 e 1918), outros, o Terceiro Reich (a Alemanha de Hitler)".

Heinrich XIII demonstrou as divisões internas do movimento em uma carta datada de 9 de junho de 2020, posteriormente compartilhada em um canal QAnon alemão no Telegram. Em seu discurso, ele adverte que uma Alemanha liderada por Georg Friedrich, príncipe da Prússia, atual chefe do ramo prussiano da casa de Hohenzollern que governou o império alemão, seria uma "monarquia à mercê dos Aliados", uma "república federal 2.0". Heinrich XIII, por outro lado, prometeu buscar a "estrutura correta sob o direito internacional" ao reconstituir um Estado membro do Kaiserreich. Ele imaginou o novo império como um Estado enxuto, com "um Parlamento com, no máximo, 201 delegados e cinco ministérios". A lei eleitoral seria reformada. Na carta, um frustrado Heinrich XIII reclamava que seu plano exigia não apenas o apoio dos três aliados ("EUA, RUS, UK"), mas também de exércitos de patriotas "que, infelizmente, não podem ser facilmente consolidados".

Essas fantasias pomposas, combinadas com um juridiquês agressivo, costumavam tornar mais fácil descartar a cena do Reichsbürger. Mesmo depois de um policial ser morto a tiros por um dos adeptos do movimento marginal durante uma operação na região da Francônia, em 2016, a BfV, a agência de inteligência interna da Alemanha, recusou-se a tomar medidas de vigilância sistemática. Embora a teoria da conspiração tivesse várias centenas de seguidores, nem todos poderiam ser classificados como extremistas de direita, disse a BfV na época.

> O bando, fortemente armado, teria poder para desencadear um ataque terrorista de grandes proporções

Ela só começou a levar o movimento mais a sério no ano da saída de seu presidente, Hans-Georg Maaßen, que desde então espalha nas redes sociais teorias da conspiração sobre a pandemia e o Fórum Econômico Mundial. Naquele ano, a agência contabilizou 19 mil Reichsbürgers em toda a Alemanha, número que, desde então, aumentou para 21 mil.

Uma das poucas características unificadoras do movimento, preocupantemente, é a tendência a acumular armas e munições. A polícia alemã encontrou armamentos em 50 das 150 propriedades vasculhadas, incluindo dois rifles, uma pistola, espadas e bestas: arsenal insuficiente para derrubar um país de 83 milhões, mas o bastante para realizar um ataque terrorista direcionado. Ainda não está claro se o grupo escondeu mais armas em outros lugares. Em maio de 2020, descobriu-se que um integrante do comando das forças especiais alemãs retirou armas e munições das reservas do exército e as depositou em um local secreto, aparentemente em preparação para um cenário de "Dia X" de colapso social.

O último relatório da inteligência interna da Alemanha avalia o número potencialmente violento de Reichsbürgers em 2.100 – comparável aos 1.950 indivíduos listados no ano passado no país como tendo potencial para cometer violência terrorista islâmica. Embora os "cidadãos do império" fossem menos organizados do que os partidários do Estado Islâmico, eles também eram mais propensos a ter acesso a armas. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Estatuetas roubadas

ARTE Um acordo fechado entre a Grécia e um colecionador norte-americano legitima a pilhagem de peças da Antiguidade

POR LEONARDO TROIANO

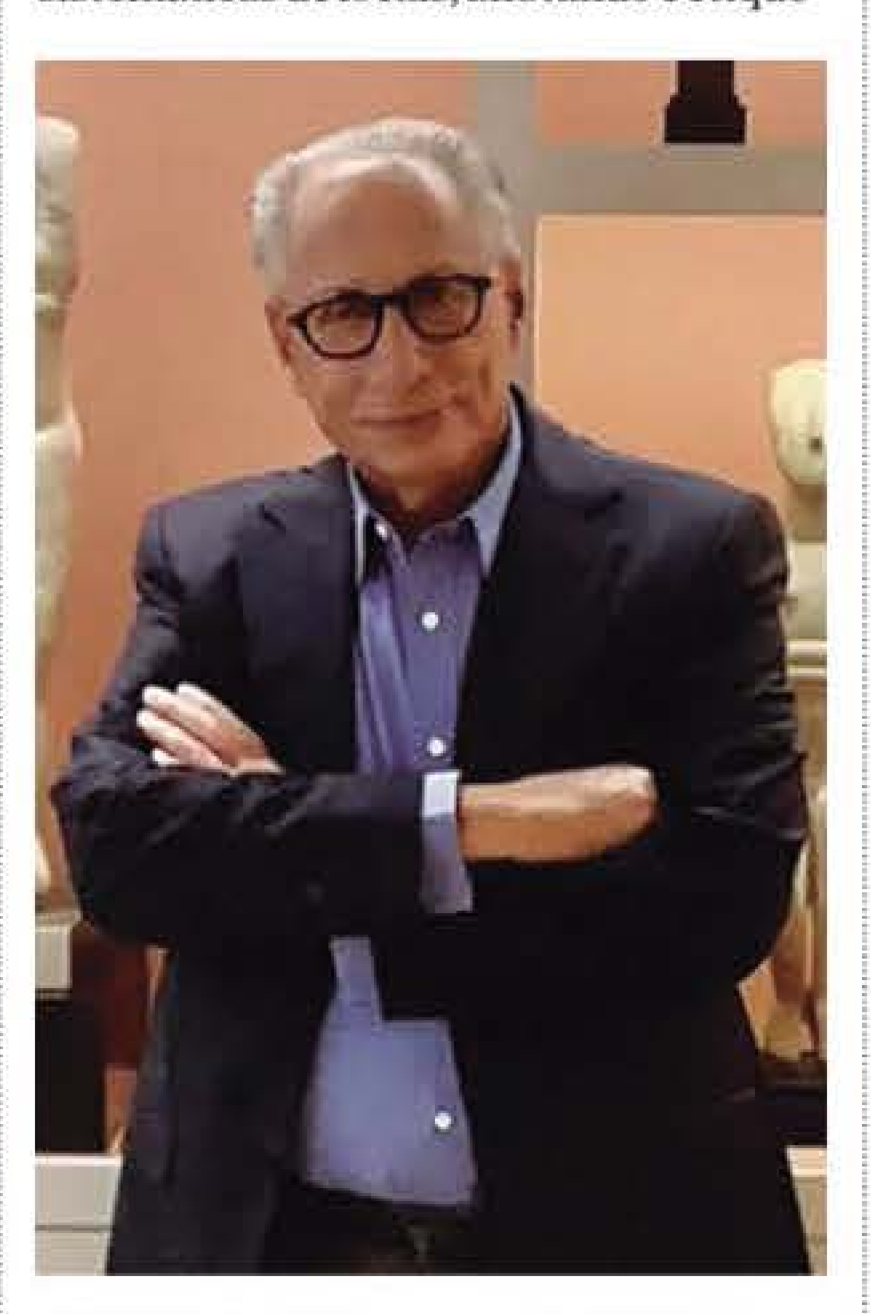
Há alguns meses, um acordo de repatriação de estatuetas cicládicas foi fechado entre dois museus, o governo grego e um bilionário norte-americano. O acordo transitou secretamente até ser aprovado pelo Parlamento grego e, assim, vir à tona, gerando uma imediata reação da comunidade internacional, dos arqueólogos e do público. Seu conteúdo guarda, porém, perigos ocultos.

A primeira coisa a ser esclarecida é a que objetos diz respeito esse acordo. As culturas cicládicas são manifestações pré-históricas que se desenvolveram em um arquipélago do Mar Egeu, as ilhas Cíclades, entre 5 mil e 3 mil anos atrás. Ilhas como Santorini, Mykonos, Tinos e Milos, hoje destinos turísticos de luxo, abrigaram, no passado, culturas locais que, entre outras coisas, produziram estatuetas singulares de mármore.

Embora pouco se saiba sobre essas estatuetas, imagina-se que tinham grande valor simbólico, até mesmo sagradas, uma vez que muitas eram enterradas com pessoas. Durante a Idade do Bronze (3000 a.C.–1200 a.C.), pouquíssimas foram exportadas para fora das Cíclades, o que nos leva a entender que as ilhas gregas são seu único lugar de origem.

Durante o século XX, artistas como Pablo Picasso buscaram, na linguagem visual cicládica, inspiração para uma nova arte moderna – minimalista, "primitiva", mas sofisticada. Isso resultou, nos anos 1960, em uma febre pela arte cicládica, que levou ao saque violento das Cíclades e à destruição de incontáveis sítios arqueológicos. A partir daí, as estatuetas deixaram de ser artefatos arqueológicos para se tornar objetos de consumo e arte.

Para ver a luz do dia, itens como esses devem ser desenterrados. Arqueólogos conduzem escavações meticulosas e sistemáticas de locais, anotando e etiquetando tudo para, posteriormente, examinar e estudar os objetos. Alguns deles acabam expostos em museus.



A suspeita coleção de Stern será exibida no Metropolitan, em Nova York, a partir de 2023

Outra maneira pela qual esses objetos deixam seu repouso milenar no solo é quando saqueadores, na calada da noite, pulam as cercas de sítios arqueológicos e cavam às pressas artefatos ou, em outro caso, compram objetos de moradores que os encontraram, enfiam em uma sacola e contrabandeiam para fora do país. A partir desse ponto, adeus: a peça não contém mais os dados que poderiam nos informar sobre sua função, importância, origem e tempo. É um pedaço de pedra de origem duvidosa. Ao mesmo tempo, em galerias do mundo todo, peças assim são etiquetadas como "*arte* cicládica", e desejadas como símbolos de riqueza e ostentação.

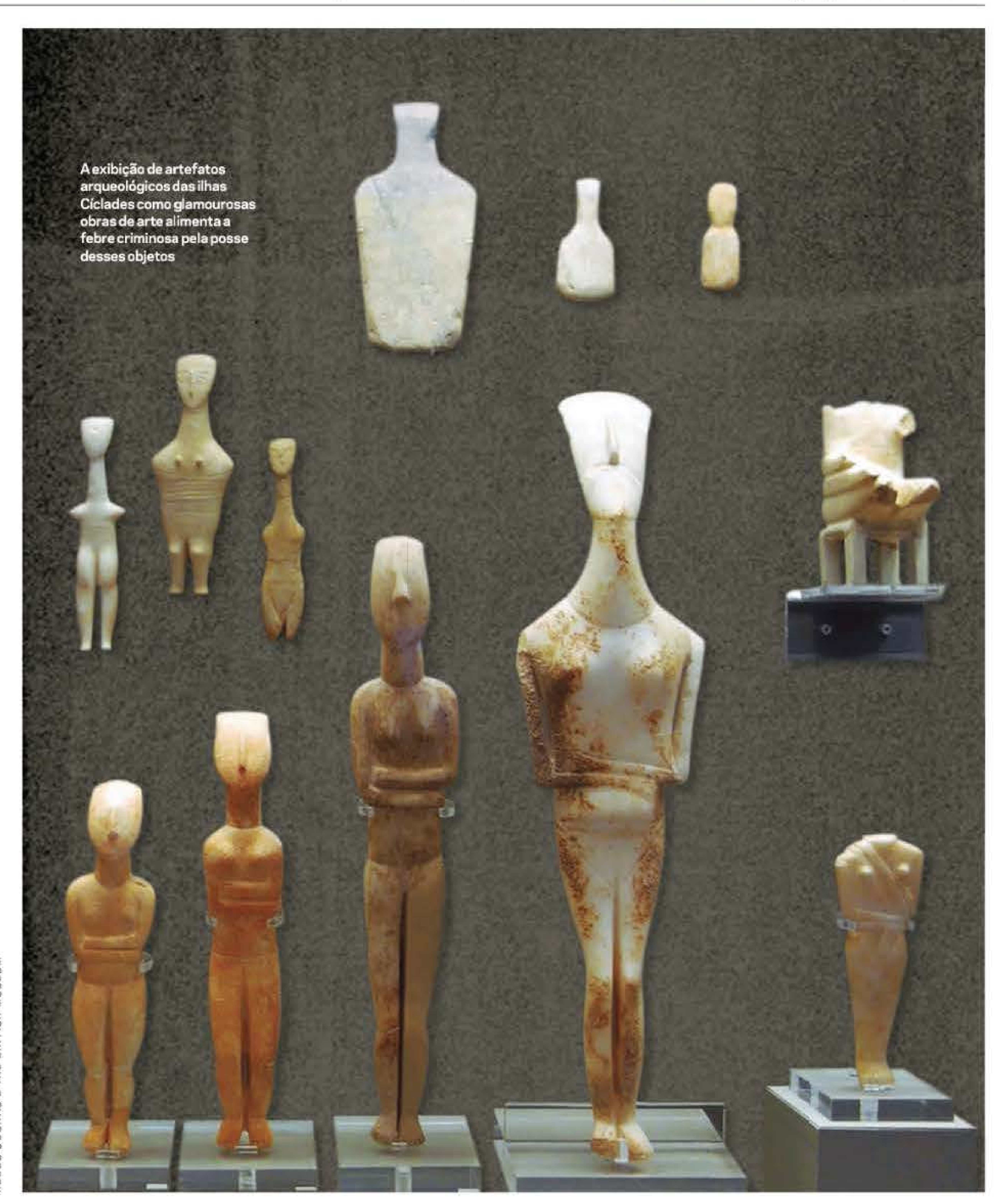
Esclarecido o significado das peças, cabe apresentar o personagem central do acordo: Leonard N. Stern, bilionário norte-americano que, desde os anos 1980, coleciona "arte cicládica". Stern diz que a coleção conta com 161 artefatos de mármore, vasos, estatuetas etc., mas se recusa a mostrar a documentação das peças. Ele está satisfeito em alegar que são legítimas.

Ainda que a ministra da Cultura grega, Lina Mendoni, tenha atribuído à coleção "valor arqueológico e científico único", sabemos que não é o caso. Quem quer que as tenha saqueado, destruiu seu valor arqueológico e científico quando as removeu de seu contexto original, impe-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

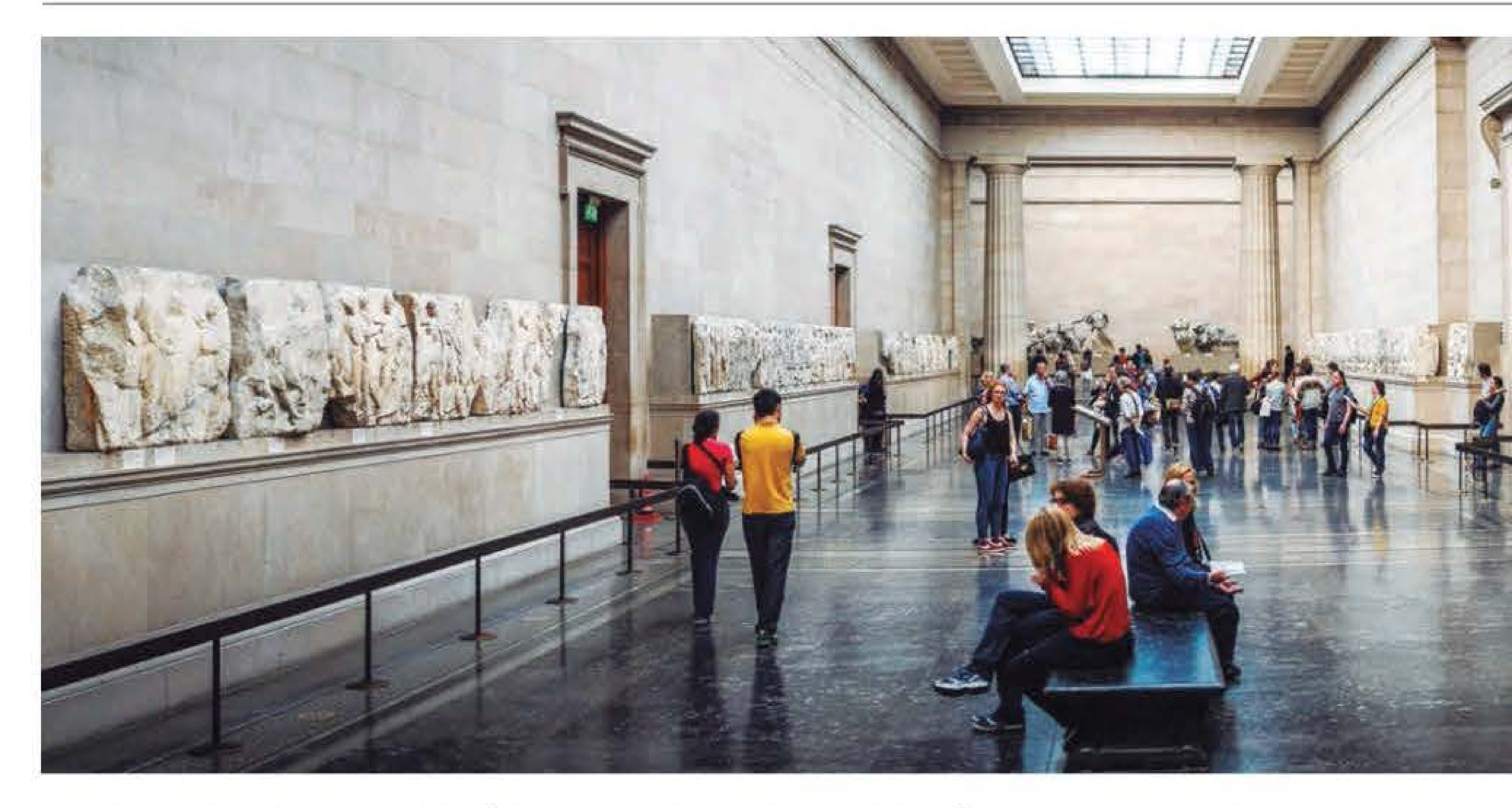
pág. 55

O Reino. Estreia a terceira temporada da corrosiva série dirigida por Lars Von Trier



A exibição de artefatos arqueológicos das ilhas Cíclades como glamourosas obras de arte alimenta a febre criminosa pela posse desses objetos

REDES SOCIAIS E THE BRITISH MUSEUM



dindo a condução de qualquer pesquisa futura. As peças podem ser interessantes, mas não cabe mais descrevê-las como artefatos arqueológicos.

Essa coleção de *desartefatos* arqueológicos é o centro do acordo em questão. Alguns meses atrás, Stern entrou em contato com o Museu Metropolitano de Arte de Nova York (MET) e expressou o desejo de tornar pública a coleção. Nesse momento, uma fundação nova aparece: o Hellenic Ancient Culture Institute (Haci), que tem no conselho o filho de Stern e alguns membros da Fundação Goulandris, que possui o museu privado de Arte Cicládica em Atenas, que faz parte do acordo.

A partir daí, com total discrição, governo grego, o Haci, o MET e Stern elaboraram o tratado aprovado pelo Parlamento. Em outubro, 15 peças foram selecionadas e enviadas à Grécia para serem expostas no Museu de Arte Cicládica, e retornarão ao MET em outubro de 2023. O título da atual exposição em Atenas? *Homecoming*. Mas só por um ano. Melhor seria "bate e volta".

Em janeiro de 2024, toda a coleção deverá ser exibida no MET em um grande evento, "em reconhecimento à generosidade do senhor Stern", como detalhado no acordo. E não para por aí: na parede acima da galeria, leremos *Leonard N. Stern Collection*. Apesar do mau gosto, a egolatria é o menor dos problemas.

Todas as 161 peças permanecerão expostas no MET até 2033. A partir daí outro formato começa a valer: 15 peças serão enviadas à Grécia de anos em anos e a Grécia é obrigada a conceder ao museu nova-iorquino peças cicládicas "de igual significado e beleza" – o que quer que isso signifique – escolhidas pelo Haci. Bela repatriação. Isso vai até 2074. Em resumo, as peças são propriedade do Estado grego, mas serão expostas por mais meio século nos Estados Unidos. Mas há coisas piores.

> O que também está em jogo é um acerto de contas histórico com o colonialismo

Uma das peças da coleção, rastreada pelo doutor Christos Tsirogiannis, da Universidade de Aarhus, na Dinamarca, tem suas origens diretamente ligadas a um famoso e condenado saqueador de antiguidades italiano, Gianfranco Becchina. Se a única origem possível das peças são as ilhas gregas, e elas não foram escavadas e vendidas por arqueólogos, de onde vêm? E por qual razão Leonard Stern se recusa a apresentar a procedência de sua coleção, bastando-lhe apenas dizer: "Até onde sei, nenhuma delas foi saqueada". E por que a ministra Lina Mendoni declarou que a coleção era até então desconhecida das autoridades se a mesma foi exibida nos anos 1990 em Manhattan, o próprio Stern ostentou-as em 2006 e já foram até mencionadas num livro em 2005?

Se a coleção era conhecida e sabidamente fruto de saque, ou seja, ilegal, por que o governo grego participou da farsa? A explicação mais curta para a decisão do primeiro-ministro grego, Kyriakos


O Museu Britânico discute a restituição dos mármores do Partenon

THE BRITISH MUSEUM

Mitsotakis, é: em 2023, há eleição. Há, porém, uma resposta mais longa.

Com a intensificação de leis internacionais e o crescimento de movimentos anticoloniais, está cada vez mais difícil para grandes museus realizar exposições de artefatos ilicitamente adquiridos. O próprio MET sofreu, só este ano, seis devassas da promotoria de Manhattan.

O museu, que vive da circulação de novas exposições, precisa de soluções. Agora, o MET contará com exibições frescas, alimentadas de patrimônio arqueológico grego, sem se preocupar com sofrer mais uma devassa, já que poderá apresentar artefatos legítimos, enviados pela Grécia com regularidade, e as peças da Coleção Stern, que foram lavadas com sabão.

Estabelece-se, assim, um modelo de negócio. Colecionadores interessados em limpar o passado de suas peças, grandes museus internacionais cansados de não poderem expor em paz antiguidades roubadas e governos com um projeto de "quem paga mais" pelo patrimônio histórico-cultural encontram-se em um casamento ideal.

O mercado sodomiza os registros arqueológicos, convertendo-os em peças de arte e extinguindo o valor científico que possuíam. A categorização desses objetos como tesouros artísticos e valiosos cria o desejo de adquiri-los, alimentando seu comércio e, portanto, a necessidade do crime. Para chegar a uma sala de estar em Nova York, elas precisam ser roubadas de sítios arqueológicos.

Aqui e ali, começam a aparecer os efeitos dessa proposta, descrita por Mitsotakis como um possível "plano para outras soluções que virão". O Museu Britânico, que há anos discute a restituição das peças e esculturas de mármore do Partenon e da Acrópole de Atenas para a Grécia, já mostrou os dentes. Seu vice-diretor não tardou em afirmar que os mármores do Partenon são uma "parte absolutamente integral" da coleção do museu, mas que, apesar disso, estão dispostos a proporcionar "trocas culturais", e que há "coisas maravilhosas que adorariam emprestar" da Grécia.

O Museu Britânico não deseja reconhecer a legitimidade do pedido de repatriação dos mármores do Partenon e teme que, ao devolvê-los, fique entendido que não possui legitimidade sobre a maioria dos itens de sua coleção, obtidos em tempos de um imperialismo selvagem, por meio de conquista e genocídio.

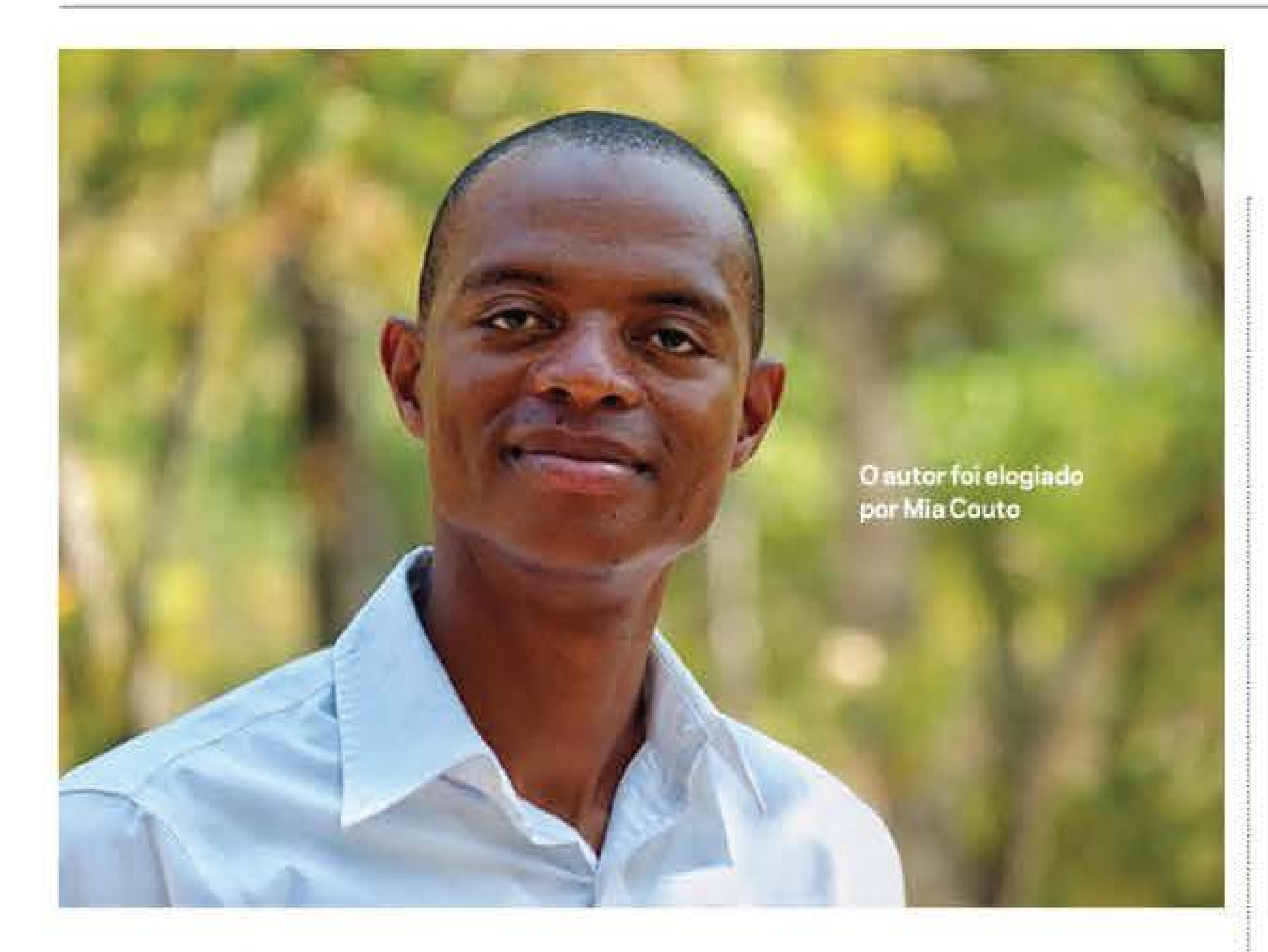
A devolução dos mármores representa uma crise existencial para o Museu Britânico, assim como para outros grandes museus europeus. Já um futuro acordo que invalide a legitimidade do pedido grego representa uma crise existencial para a luta anticolonial do mundo inteiro.

Fechado um acordo em que ambas as partes "ganham", como quer o Museu Britânico, o caso mais disputado de patrimônio cultural de todos os tempos se dissolveria e, junto com ele, os pedidos legítimos de países historicamente pilhados e vitimizados pelas potências coloniais.

Países como Brasil, México e Egito dependem, em grande parte, de uma vitória grega clara e incontestável, para que o movimento de repatriação do patrimônio ganhe ainda mais vigor. Recentemente, depois de um árduo processo, o fóssil Ubirajara Jubatus foi reconhecido pela Alemanha como propriedade do Estado Brasileiro e deve, em breve, retornar ao País.

O acordo selado entre Stern e a Grécia, denunciado pela Associação de Arqueólogos gregos, não passa de um *test drive*. Especialistas do país estão convencidos de que há uma política sistemática de entrega do patrimônio histórico-cultural grego e que o governo está disposto a seguir com as trocas e os empréstimos. A resolução do caso dos mármores do Partenon, certamente, dará o tom das futuras negociações entre colonizados e colonizadores e nos processos de correção histórica.

Portanto, o acordo fechado com Stern não é apenas um fim deprimente para esta coleção relativamente pequena. Ele estabelece um precedente perigoso ao criar um pseudomodelo de repatriação que não poderia estar mais longe do que a ciência e as nações precisam e desejam. •



O autor foi elogiado por Mia Couto



MOÇAMBIQUE COM Z DE ZAROLHO

Manuel Mutimucuio. Dublinense (128 págs., 49,90 reais)

A língua como traço da subalternidade

LIVRO O MOÇAMBICANO MANUEL MUTIMUCUIO CONSTRÓI UMA COMÉDIA CÍNICA SOBRE A PRESENÇA PORTUGUESA EM SEU PAÍS

POR ALYSSON OLIVEIRA

Em um ensaio seminal sobre o pós-colonialismo, a teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak pergunta já no título: "Pode o subalterno falar?" A discussão que ela tece, tendo como ponto de partida o ritual sati e a intervenção inglesa na Índia, é longa e complexa. Afinal de contas, se o subalterno falar, em qual língua se manifestará ele? O moçambicano Manuel Mutimucuio responde, de forma nada corriqueira, a essa questão.

Moçambique com Z de Zarolho é uma comédia inteligente e cínica sobre os ecos do colonialismo português no país, que, embora independente desde 1975, mantém o português como língua oficial. Na trama, o governo, no intuito de inserir o país no cenário capitalista global, resolve trocar o idioma oficial para inglês. A partir desse mote, Mutimucuio vai explorar os efeitos dessa decisão na vida das pessoas de várias classes sociais.

O protagonista do romance é Hoblo, um rapaz que trabalha como empregado doméstico na casa de um político influente, Djassi, e estuda português à noite, esperando melhorar de vida. A mudança radical e repentina mina seus planos de ascensão.

A língua, como nos mostra Mutimucuio é uma forma de diferenciação social e de manutenção do *status quo*. Ao questioná-la, o autor joga luz sobre uma discussão relevante, que nunca se dá por encerrada: pátria e identidade nacional.

"Ao adotarmos o português como nossa língua, não só legitimamos o colonialismo, como também escolhemos perpetuar a pobreza que nos legou", diz uma personagem. "O inglês, por outro lado, é a língua franca da economia moderna." Não deixa de ser intrigante esse pensamento.

Se a primeira parte desse trecho é claramente verdadeira, a segunda frase evidencia a falácia das elites que parecem desejar calar de vez as classes baixas.

No romance, a mudança do português para o inglês é apenas uma troca de bastão. A colonização permanece, ou seja, muda apenas o colonizador. Ao mesmo tempo, ao colocar em cena um Moçambique moderno, o autor nos mostra as possibilidades do país se dissociar das heranças do seu passado colonial.

Elogiado por Mia Couto, seu conterrâneo mais célebre no mundo das letras, como "uma das mais importantes vozes da atual geração de escritores moçambicanos", Mutimucuio chega à literatura lusófona como um forte representante, repleto de segurança e coisas relevantes a dizer – ainda que seja na língua do colonizador. ▪

REDES SOCIAIS

O sobrenatural como crítica social

STREAMING NA TERCEIRA TEMPORADA DA SÉRIE *O REINO*, O CINEASTA LARS VON TRIER EXERCITA SEU HUMOR CORROSIVO

POR CÁSSIO STARLING CARLOS

As três décadas entre a primeira e a terceira temporada de *O Reino* oferecem um resumo de como as séries evoluíram do modelo banal ao artístico, em contraposição à parcela mais visível dos filmes produzidos e consumidos hoje.

As três temporadas da série em exibição na plataforma Mubi trazem a assinatura ilustre do diretor dinamarquês Lars von Trier. O projeto pertence à categoria vaga de *Quality TV*, ou ficção sofisticada. O conceito já existia na produção europeia de tevê desde os anos 1970, quando Ingmar Bergman e Rainer Wainer Fassbinder emprestavam suas assinaturas em troca de experiências com narrativas longas.

Depois de ser importado para os Estados Unidos pela HBO e hoje se espalhar via *streaming*, o modelo das séries com cara de cinema passou a ser tratado como revolução, embora o processo tenha sido mais de adaptação. Trata-se, sobretudo, de ocupar o tempo do consumo com formatos de duração maior que a dos filmes. Ou seja, mais oferta com menos recursos.

O Reino 1 (1994) e *O Reino 2* (1997) foram realizadas durante a fase da transição da obra de Lars von Trier, quando ele passou das ficções intrincadas e cerebrais, como *Europa* (1991), para os dramas emocionalmente intensos, com *Ondas do Destino* (1996).

A série explora um gênero popular, o horror, misturado com o ácido comentário social e político, uma das marcas autorais de Von Trier.

Ambientada em um hospital construído sobre um antigo pântano onde se explorava o trabalho, a trama de *O Reino* tem uma face sobrenatural: a busca por fantasmas de crianças abusadas e sacrificadas no passado.

O fantástico é também álibi para Von Trier lançar seu humor corrosivo sobre as relações de poder, a ciência e a razão. Ao contrário das séries hospitalares, em que se privilegia os dramas e heroísmos de médicos, enfermeiros e pacientes, *O Reino* é habitado por canalhas, corruptos e covardes. Ou doentes.

Na terceira temporada – produzida em 2022 e apresentada no Festival de Veneza –, as almas penadas estão de volta, mas o pesadelo real assombra na forma das tecnologias e dos modos de controle sutis ou desejados.

Von Trier não aparece mais ao final dos episódios, por causa dos efeitos da doença de Parkinson. Escondido atrás de uma cortina vermelha, o diretor fala como um fantasma do inconsciente, envia mensagens cifradas para escapar do bloqueio da hipercomunicação.

Agora que o cinema está perdendo seus últimos espaços para oferecer ficções inquietantes, cineastas como Von Trier e David Lynch exploram as brechas na nova ordem para subverter a ordem. •



As duas primeiras temporadas foram feitas nos anos 1990

MUBI



Balão apagado

▶ Chegamos todos iludidos às oitavas de final da Copa do Catar e, quando caímos na real, a ilusão foi transformada em irritação e raiva

Passados alguns dias da eliminação da Seleção Brasileira no Mundial do Catar, é possível avaliar com mais equilíbrio o que já passou e olhar para o que ficou na peneira, tiradas as "broncas" dadas no calor da raiva e da desilusão.

Essa foi mesmo a sensação deixada pela derrota para a Croácia: todos chegamos às oitavas de final iludidos. Não passava pela cabeça de ninguém, em meio à euforia gerada pela partida contra a Coreia do Sul, que o resultado pudesse ser o que foi. E aí, quando caímos na real, a ilusão foi transformada em irritação.

Minha conclusão é a de que, em meio a tanto detalhismo exagerado, a comissão técnica, talvez por uma acentuada tendência à centralização, perdeu o fio da meada na metade do caminho. O caldo entornou e veio o desastre.

A própria reação de Tite, de se recolher aos vestiários mal terminou a partida da sexta-feira 9 – condenada pelos comentaristas – pode entrar na conta da desilusão geral. Mas a atitude também evidencia o transtorno do principal responsável dentro do campo – embora fora das chamadas quatro linhas. Dentro das quatro linhas, o descontrole foi incompreensível para os espectadores – estivéssemos nós onde estivéssemos.

No momento da saída de Vinícius Jr. fiquei perdido, sem entender a razão daquela substituição. A partir daí, como todos, não conseguia mais compreender o derretimento da equipe. A reação de Neymar, que simplesmente não entendia o descontrole do time, espelhou o que todos sentimos.

Mas veio então o gol sensacional do camisa 10, no fim da primeira parte da prorrogação, que parecia ter trazido de volta o próprio craque, até então bem devagar.

Restava a partir daí a segunda parte da prorrogação, na qual, diante do placar de 1 a 0, a lógica recomendava, no mínimo, resguardo e cautela. Mas o time se perdeu em campo, demonstrando o esgotamento emocional prematuro e a ausência de liderança fora e dentro do campo.

Era de se esperar um controle da situação centrado em Casemiro, que sempre fez isso muito bem no elenco de estrelas do Real Madrid e que chegou a ser chamado de "meu camisa 10" por Tite. Assim, diante disso tudo, a única conclusão a que consigo chegar é a de que a Seleção perdeu a mão no meio do caminho.

A situação fez com que eu me lembrasse da fatídica Copa em nossa casa, em 2014, quando, na última hora, quando tudo estava desmoronando, a comissão técnica correu para chamar uma psicóloga.

Precisamos, sem dúvida, baixar a bola, botar os pés no chão e calçar as sandálias da humildade, como nos recomendaria o sábio Nelson Rodrigues.

Pode ser que a ausência de apoio ou, pelo menos, de uma supervisão psicológica tenha sido também um dado de prepotência.

Perdi, enfim, para o Casagrande, que alertava para algumas incongruências da Seleção, como a insistência em alguns nomes que ele considerava ultrapassados. Depois de a barca ter afundado, surgiram inúmeras sugestões de possíveis convocados e outras observações sobre o suposto despropósito de se convocarem nove atacantes e ficar sem reservas nas laterais.

Essa opção, de fato, criou problemas a partir do momento em que tivemos as lesões sofridas pelos titulares e deu ainda mais munição às críticas relativas à convocação de Daniel Alves, que já eram grandes.

Não nego que, de início, vi com desconfiança a escolha de Tite para treinar a Seleção Brasileira. E isso aconteceu em razão das repetidas convocações de treinadores com o perfil de "disciplinadores" – eufemismo para autoritarismo.

Entendi, depois, que não era este o caso e, então, passei a acreditar em seu comando e não deixei de apoiar o desejo de Tite de criar um ambiente de confiança no elenco – comprovadamente o principal fator do sucesso em qualquer tipo de trabalho coletivo. O exagero fez, porém, a campanha virar um balão apagado. Agora chegam à finalíssima França e Argentina, com méritos próprios.

Mas já tenho meu campeão: Marrocos alcançou o feito grandioso de ser o primeiro país africano a alcançar uma semifinal de Mundial, jogando o futebol de melhor técnica e, sobretudo, com arte. Isso, sem falar na valentia com que prensaram a poderosa França até o fim. Além disso, não têm, no time, nenhum halterofilista.

A história da chegada da Argentina à final, que inclui um bonito caminho na construção da equipe e a superação de obstáculos já dentro do Mundial, é muito bem representada por Messi, a "pulga" sensacional que não tem de provar nada, nem pode ser comparado a ninguém. Ele é o maior jogador de sua geração. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

DRAUZIO VARELLA



Aprendizados pandêmicos

▶ Estudos recentes mostram que o dilema entre adotar medidas de isolamento social ou preservar a economia é falso

Em 2020, em um mundo sem vacinas contra a Covid-19, a única opção dos governos para evitar o colapso do sistema de saúde e até dos serviços funerários foi a de impedir a movimentação e as aglomerações humanas.

Fechar cidades e recomendar que seus habitantes fiquem em casa tem custos óbvios: optar pelas aulas virtuais impacta na educação das crianças; manter o comércio de portas fechadas cria problemas financeiros e sociais; isolar pessoas em casa aumenta o risco de transtornos psiquiátricos e violência doméstica. Por outro lado, as vantagens não são fáceis de avaliar.

Com uma evidência os cientistas concordam: os países que adotaram rapidamente as medidas restritivas conseguiram, ao mesmo tempo, reduzir o número de mortes e preservar a economia.

Em setembro deste ano, a revista *Nature* fez uma análise dos principais estudos sobre o tema:

1. As providências tomadas em Wuhan, na China, assim que surgiram os primeiros casos, demonstraram que medidas radicais como fechamento de fronteiras, internações de pessoas com Covid-19 em hospitais de campanha e isolamento domiciliar reduziram drasticamente o número de casos.

2. Estudo conjunto de pesquisadores do Imperial College, de Londres, e da Universidade de Copenhague analisou os dados de 11 países europeus. A conclusão foi: a queda nos níveis de disseminação viral proporcionada pelo isolamento social teria poupado 3 milhões de vidas.

Essa, no entanto, não levou em conta as mudanças voluntárias de comportamento provocadas pelas mortes por Covid-19, mesmo na ausência de medidas mandatórias de isolamento.

Por exemplo, na Flórida foi documentada uma redução clara da mobilidade urbana durante a primeira onda, duas semanas antes do decreto de isolamento, em resposta às notícias de hospitais com caminhões frigoríficos à porta, em Nova York.

3. Na Suécia, em que as restrições foram tímidas, com escolas abertas e o comércio em funcionamento, o número de mortes foi menor do que em países europeus que adotaram medidas mais restritivas. Na Suécia, entretanto, a população confiou nas recomendações das autoridades: evitar aglomerações e reduzir o número de contatos sociais. Ainda assim, o número de mortes foi bem maior do que na Dinamarca, Noruega e Finlândia.

4. Embora não esteja definida a maneira ideal de avaliar os resultados do isolamento, depois de estudar os números em 100 países, pesquisadores de Oxford observaram que quanto mais restritivas foram as medidas adotadas mais baixo o número de mortes.

5. É mais difícil, entretanto, avaliar quais medidas de isolamento são as mais eficazes na contenção da epidemia. A maioria dos autores considera que as mais eficientes são as de restringir pequenas reuniões sociais e impor o fechamento de escolas e estabelecimentos comerciais. Depois delas, vêm o fechamento de fronteiras e o isolamento social no país inteiro, além de auxílio governamental para populações vulneráveis. Checagem das condições de saúde de viajantes em aeroportos não traz benefícios.

6. Os dados do período pré-vacinação demonstram que a estratégia de implementar com rapidez medidas de isolamento abrangentes obtém resultados melhores do que aguardar para fazê-lo. Os exemplos são os países situados em ilhas, como Islândia, Austrália e Nova Zelândia que fecharam fronteiras e impuseram o isolamento antes que o vírus chegasse.

7. Medidas isolacionistas nem sempre reduzem a mortalidade, especialmente, em países com altos índices de trabalho informal, que inviabiliza o isolamento do trabalhador. É o caso do Peru que, apesar de ter adotado medidas precoces de isolamento, apresentou taxas de mortalidade mais altas do que os países da região. É provável que o mesmo tenha ocorrido no Brasil.

8. A dicotomia de que o isolamento envolve a escolha entre salvar vidas ou a economia é falsa. Se o isolamento não tivesse sido imposto em 2020 no Reino Unido, segundo Stuart McDonald que fundou a comunidade de especialistas COVID Actuarial Response Group, o sistema hospitalar teria entrado em colapso, o número de mortes por outras doenças aumentado e a economia estagnado.

9. As estratégias de isolamento ao redor do mundo nos deram outra lição: elas acentuam desigualdades sociais preexistentes. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO


DIPLOMAÇÕES

Apresentado por bora ambev

Expansão do conhecimento e inovação garantidas

AÇÕES COMO O BORA DA AMBEV FORTALECEM TRABALHADORES E PEQUENOS NEGÓCIOS POR MEIO DA INCLUSÃO PRODUTIVA

Aproximadamente, 40% da população ocupada no Brasil é formada por trabalhadores informais que foram "empurrados" para o empreendedorismo pela falta de emprego. É a parcela que se esforça para garantir o dinheiro mínimo do mês. Expandir conhecimento ou inovar o próprio negócio está fora dos planos: não há recursos para além do mero ganha-pão.

Iniciativas de inclusão produtiva, como o Bora Ambev, que prevê auxílio a 5 milhões de brasileiros em dez anos, podem ajudar a suprir a lacuna. Por meio do projeto, a empresa oferecerá soluções financeiras com programas de pontuação e opções personalizadas de microcrédito, além de bolsas de estudos.

"Temos hoje o que chamamos de empreendedorismo por sobrevivência e queremos quebrar esse ciclo. São três grandes barreiras: dinheiro, formação e informação. O Bora conecta essas partes", afirma Carlos Pignatari, diretor de Impacto Positivo da Ambev. "Mostramos como e de que forma os empreendedores podem conseguir recursos ou como conquistar uma bolsa de estudos; no caso da empregabilidade, criamos essas conexões."

Dados do GEM/BR (Global Entrepreneurship Monitor) mostram que 30,4% da população adulta brasileira exerce alguma atividade empreendedora. Deste grupo, 48,4% fazem isso por falta de opção.

"Não podemos ignorar que muitas pessoas estão empreendendo por necessidade, fazendo o trabalho com o conhecimento que elas possuem", diz Priscila Martins, diretora da Artemisia, aceleradora de iniciativas de impacto social. "É uma responsabilidade da sociedade ajudar os empreendedores a acessarem qualificação, crédito e todos os recursos de que precisam."



Carlos Pignatari, diretor de Impacto Positivo da Ambev

Para Edgard Barki, coordenador do Centro de Empreendedorismo da FGV, quem trabalha para sobreviver não pode ter prejuízo: "Você tem um déficit de capacitação, de conhecimento e também do capital financeiro quando começa um negócio". Isso limita potenciais e cria dificuldades de acesso muito maiores nas periferias, por exemplo.



Acesse o QR Code para assistir à entrevista

ESPALHANDO APOIO PELO BRASIL

O programa de inclusão produtiva Bora da Ambev prevê dar as ferramentas necessárias para que comunidades, pequenos e microempreendedores ampliem a renda e tenham mais oportunidades, com conhecimento, apoio financeiro e conexões. É uma estratégia que considera novas tecnologias para combinar ações de enfrentamento à pobreza com as oportunidades atuais do mercado de trabalho em constante transformação.

"Às vezes, o curso é gratuito; tentamos fazer na região para não ter custo de transporte. No Rio, é online, não precisa de transporte nem alimentação. No caso das mulheres, temos uma seleção que recebe capital que pode ajudar no negócio. Pontos de venda da Ambev para facilitar crédito, como a Bees [plataforma B2B para bares e restaurantes]. Estamos nos moldando às necessidades. Queremos contribuir, engajar e atender às necessidades do público-alvo", diz Andreza Machado, gerente de Impacto Positivo da Ambev.



FOTOS: DIVULGAÇÃO/AMBEV, VALDINEI RÉGIS

Este material é produzido pela StudioCarta com patrocínio da Ambev





Doe seu Imposto de Renda para o Hospital Pequeno Príncipe



No Brasil, apenas 3,15% do potencial de doação de IR da população foi destinado para instituições filantrópicas em 2020. Isso representa mais de R$ 8 bilhões que poderiam impactar o cenário da saúde no país.

E você, ao destinar até 6% do seu Imposto de Renda para os projetos do maior hospital pediátrico do Brasil, pode contribuir para mudar essa realidade, de forma fácil e sem custos.

Ajude a transformar a vida de milhares de crianças e adolescentes.
Acesse **doepequenoprincipe.org.br**, simule seu potencial de doação, preencha o formulário e solicite seu boleto.

Contamos com você!

(41) 2108-3886 **(41) 99962-4461**
doe**pequeno**principe**.org**.br

